



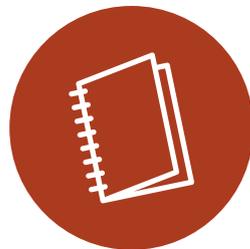
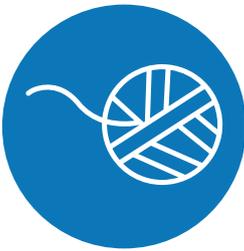
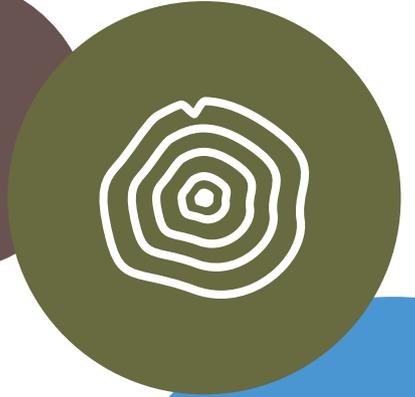
TERRITÓRIAR RELATÓRIO
de PERCURSO
FORMATIVO

TERRITÓRIA RELATÓRIO de PERCURSO FORMATIVO



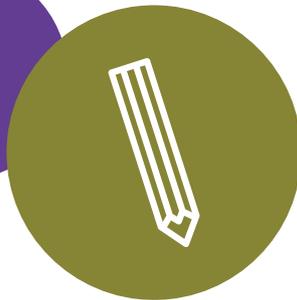
MARISTA
REDE DE SOLIDARIEDADE

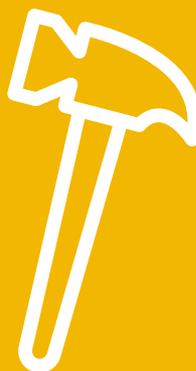
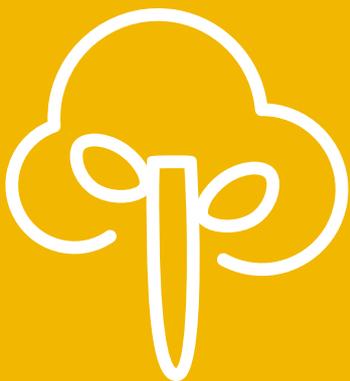
GRUPO MARISTA





TERRITÓRIAR RELATÓRIO
de PERCURSO
FORMATIVO





FICHA TÉCNICA

Setor de Solidariedade ✨ Ir. Jorge Gaio, Jimena Djauara Grignani e Juliana Kuwano Buhner.

Centro Marista de Defesa da Infância ✨ Aline Francielle Bueno Retzlaff, Bárbara Pimpão Ferreira, Débora Cristina dos Reis Costa, Douglas Silva Moreira, Honislaine Aparecida Rubik, Jaqueline Rodrigues Verneque, Renata Oliveira Costa, Renata Macagnani Dias, Sueli Brunetti de Carvalho, Thaise Pereira da Silva, Tiago Gonçalves do Nascimento e Vinícius Gallon de Aguiar.

Projeto Territorial ✨ Bárbara Pimpão Ferreira, Camilla da Silva e Souza, Clecio Alberto de Sousa, Danielle Cacilda dos Santos de Bairro, Diego Fernando Zadra, Fernanda Vargas de Oliveira, Leandro Aparecido da Silva, Renata Oliveira Costa, Sheila de Souza Pomilho, Stephanie Farias dos Santos, Tatiane Oliveira da Cruz e Viviana Pereira Rosa.

Organização ✨ Bárbara Pimpão Ferreira, Camilla da Silva e Souza e Vinícius Gallon de Aguiar.

Revisão técnica ✨ Ana Beatriz Goulart de Faria, Bárbara Pimpão Ferreira, Camilla da Silva e Souza, Sheila de Souza Pomilho e Vinícius Gallon de Aguiar.

Produção de textos ✨ Ana Beatriz Goulart de Faria, Bárbara Pimpão Ferreira, Camilla da Silva e Souza, Clecio Alberto de Sousa, Danielle Cacilda dos Santos de Bairro, Fernanda Vargas de Oliveira, Leandro Aparecido da Silva, Sheila de Souza Pomilho, Stephanie Farias dos Santos, Vinícius Gallon de Aguiar e Viviana Pereira Rosa.

Fotografias ✨ Camilla da Silva e Souza, Clecio Alberto de Sousa, Fernanda Vargas de Oliveira e João Borges.

Grupo Marista. Rede de Solidariedade

G892 2016 Territorial : relatório de percurso formativo / Rede Marista de Solidariedade. – Curitiba : Champagnat, 2016.

1,8 MB ; PDF

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7292-399-6

1. Educação – Finalidades e objetivos.
2. Planejamento escolar. 3. Ambiente escolar.
I. Título

CDD 21. ed. – 370.11

UNIDADES ESCOLARES ENVOLVIDAS

Mato Grosso ✨ Cuiabá – Escola Municipal de Ensino Básico Prof. Lenine de Campos Póvoas; Várzea Grande – Escola Municipal de Ensino Básico Gonçalo Domingos de Campos – CAIC

Paraná ✨ Almirante Tamandaré – Escola Municipal Ângela Antonia Misga de Oliveira, Escola Municipal Mirta Naves Prodóscimo, Escola Municipal Vereador Vicente Kochany; Colombo – Escola Municipal Carlos Fontoura Falavinha, Escola Municipal Barão de Mauá, Escola Municipal João Batista Stocco; Paranaguá – Escola Municipal de Ensino Fundamental Graciela Elizabeth Almada Diaz, Escola Municipal Em Tempo Integral Takeshi Oishi, Escola Rural Municipal Professora Maria Trindade da Silva.

Santa Catarina ✨ São José – Centro Educacional Municipal Vila Formosa.

São Paulo ✨ São Paulo – Escola Municipal de Ensino Fundamental Dama Entre Rios Verdes, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Augusto Breves, Escola Municipal de Ensino Fundamental 8 de Maio.

Parceiros do Sistema de Garantia de Direitos ✨ Secretarias Municipais das áreas de Educação, Infraestrutura e Obras dos municípios envolvidos.

EDITORA UNIVERSITÁRIA CHAMPAGNAT

Coordenação editorial ✨ Michele Marcos de Oliveira

Editor ✨ Marcelo Manduca

Preparação de textos, revisão de normas ✨ Bruno Pinheiro Ribeiro dos Anjos

Revisão ✨ Bruno Pinheiro Ribeiro dos Anjos

Diagramação e projeto gráfico ✨ Capitular Design Editorial



MARISTA
REDE DE SOLIDARIEDADE
GRUPO MARISTA

Rede Marista de Solidariedade

www.solmarista.org.br

Centro Marista de Defesa da Infância

www.centrodedefesa.org.br

Territorial

www.territorial.org.br

SUMÁRIO

Prefácio	8
Palavra Institucional	9
1. Introdução	10
2. Percurso Formativo	12
2.1 Territoriando sobre os conceitos e contextos fundantes do projeto	15
2.2 Estratégias de mobilização	17
2.3 Sustentabilidade do projeto	18
3. Arquitetura Escolar e Ambientes Educativos	20
3.1 Construção participativa – Equipe Multidisciplinar	21
3.2 Desenvolvimento do projeto	22
3.3 Estudo de viabilidade e análises pós-ocupação	22
4. Experiências de Ressignificação de Espaços	24
4.1 Estado: Mato Grosso	26
4.1.1 Município: Cuiabá.....	26
4.1.2 Município: Várzea Grande	27
4.2 Estado: Paraná	28
4.2.1 Município: Almirante Tamandaré.....	28
4.2.2 Município: Colombo	31
4.2.3 Município: Paranaguá	34
4.3 Estado: Santa Catarina.....	37
4.3.1 Município: São José.....	37
4.4 Estado: São Paulo	38
4.4.1 Município: São Paulo	38
5. Resultados do Projeto	42
5.1 Resultados quantitativos	43
5.2 Resultados qualitativos	44
6. Recomendações Finais	46
6.1 Espaços como ambientes educativos.....	47
6.2 Currículo, Projeto Político-Pedagógico e Projetos Pedagógicos	47
6.3 Território Educativos.....	48
6.4 Concepção de criança e participação.....	48
Agradecimentos	49
Referências	50

PREFÁCIO

Sim! Ambientes educativos tem o poder de inspirar novas aprendizagens, novas relações e ações educativas, especialmente quando o ambiente, o território, vira verbo: TER-RI-TO-RI-AR, conjugado preferencialmente na terceira pessoa do plural: nós territoriamos!

Quando o Centro Marista de Defesa da Infância batizou este projeto, colocou o território em movimento, libertando-o da clausura de ser apenas infraestrutura no contexto da educação, mas de se tornar Território Educativo.

Territoriar é produzir território educativo. Território educativo que é muito mais que sala de aula. Pois, para o Territoriar, a gente aprende o tempo todo, em todo lugar, e uns com os outros. Nesse sentido, precisamos de territórios onde os objetos e ações estejam a serviço do bem comum, do digno e justo viver. Territórios que criem condições para que todos e todas nos desenvolvamos integralmente em todas as nossas dimensões, e onde estejam garantidas as condições para nossa formação como cidadãos autônomos, com a ampliação de nosso repertório sociocultural e com o fortalecimento de nossa capacidade associativa e de participação ativa na sociedade.

Nesse sentido, o Territoriar é um processo intensamente educativo e sustentável, na perspectiva da educação integral e integrada, em que o Projeto Político-Pedagógico da escola atravessa todas as suas etapas. Ou seja, as intervenções físicas no espaço escolar são fruto do currículo praticado e o fortalecem.

Para o desenvolvimento dos projetos de ambientes educativos que inspirem novas aprendizagens, precisamos sim de arquitetas e educadoras, mas também de muito mais gente garantindo aos envolvidos o direito de participar, de ter voz no processo de requalificação e resignificação do ambiente escolar.

Mas como escutar e aplicar essa escuta na elaboração dos projetos propostos pelos coletivos?

Para isso o Territoriar criou os Comitês Multidisciplinares, garantindo a representação de todos os segmentos da escola e da comunidade local, e aplicou métodos de escuta e participação inovadores, muitos deles pondo em ação e dando luz a pesquisas acadêmicas recentes no campo da arquitetura escolar¹.

¹ Ver em Estudo de Viabilidade e Análise Pós-Ocupação, no item 3 – “Arquitetura Escolar e Espaços Educativos”.

A discussão dos espaços da escola por toda comunidade escolar e local aproximou toda gente a partir de seus sonhos. E para transformar esses sonhos em realidade, o projeto ampliou concepções e repertórios de cada um e cada uma que entrou na roda. Por alguns meses, estudantes e adultos diretamente envolvidos com eles e com as escolas compartilharam momentos de trocas e reflexão sobre a forma e a organização dos espaços e tempos da escola.

Como vocês poderão ver mais adiante, toda essa conversa resultou em reflexão profunda sobre a importância do brincar e dos espaços livres no processo educativo das crianças de 6 a 10 anos. Ou seja, no direito de elas continuarem sendo crianças. E na importância do brincar para o processo educativo.

Outro ponto a destacar nas conversas promovidas pelos Comitês Multidisciplinares nas 15 escolas participantes do projeto é o desejo grande de criar espaços de convívio, alterando o caráter de confinamento e controle atualmente presente em nossas escolas.

O Territoriar nos ensina a ampliar o olhar, a integrar pessoas e saberes até hoje tão isolados, de modo a colaborarmos para a construção da nossa casa comum, entrando em diálogo comum com todos que a habitam, como propõe o *Laudato Sí*, do Papa Francisco.

Ao longo da história, aprendemos a lição da separação, que é uma das causas da crise que vivemos, a crise da educação, a crise ecológica. Delas só sairemos juntos! Agora é, pois, o tempo de aprendermos a viver juntos. Sigamos juntos e misturados, regenerando e cuidando da casa comum, da casa-escola. Aprendamos com o Territoriar!

Tive a sorte e a honra de participar deste processo inovador e semeador de esperanças no campo da educação e da arquitetura, uma na outra iluminada. E o que mais aprendi é que, sim, é preciso toda uma aldeia para educar uma criança. Mas que, também, é preciso garantir às crianças o direito de cuidar da aldeia, junto conosco.

Beatriz Goulart

PALAVRA INSTITUCIONAL

O Instituto Marista, fundado em 1817 e presente no Brasil desde 1897, atua na promoção e defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, por meio de iniciativas de diversas áreas de atuação, com a missão de *formar cidadãos éticos, justos e solidários para a transformação da sociedade, por meio de processos educacionais*. Organizado em Unidades administrativas, o Grupo Marista está presente nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, na cidade de Goiânia e no Distrito Federal. Articulados com outras organizações maristas e a sociedade civil no país, o Instituto Marista tem posicionamento efetivo na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, por meio da Fundação Marista de Solidariedade Internacional, contribuindo para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A Rede Marista de Solidariedade desenvolve projetos e ações de promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens, desenvolvidos em todas as áreas de atuação do Grupo Marista. Por meio do Centro Marista de Defesa da Infância, com sede em Curitiba, a Rede Marista de Solidariedade/Grupo Marista contribui para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, em diálogo constante com entidades governamentais e da sociedade civil.

O Centro Marista de Defesa da Infância também desenvolve ações para a efetivação desses direitos, que incluem pesquisa, formação, mobilização, assessoramento e proposição ante a sociedade civil organizada e o poder público. O objetivo é contribuir para que crianças e adolescentes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, como preveem a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais marcos legais.

A educação de qualidade como direito de todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros é representada neste projeto por meio do assessoramento às Secretarias Municipais de Educação e Unidades escolares, representadas por crianças, professores, gestores e comunidades que procuram, a partir dos seus contextos, novas oportunidades de continuidade de sua trajetória.

Este projeto, construído a muitas mãos, contou com a participação de pessoas mobilizadas para o encontro, estudos, descobertas e inovações de suas práticas cotidianas. Este longo percurso permitiu reflexões e experiências sobre os contextos escolares, a escuta e a construção coletiva, *territoriando* pelos espaços educativos em que se encontram brasileiros e brasileiras, com a esperança de responder aos novos acenos das infâncias e juventudes, com possibilidades viáveis de fazer educação com qualidade, participação e pertencimento.

Com a esperança de que estas experiências aqui relatadas como parte da história vivenciada sejam compartilhadas por meio deste documento, que apresenta alguns elementos do percurso formativo que contou com a participação de muitos interlocutores comprometidos com um mundo melhor com educação de qualidade.

Boa leitura!



TERRITÓRIAR

Introdução

A palavra *território* pode sugerir a delimitação de um local, mas também revela as diversas expressões da interação humana. Retomando esse conceito, a Rede Marista de Solidariedade, por meio do Centro Marista de Defesa da Infância, desenvolve o projeto Territoriar, com o objetivo de promover a qualidade da educação e a permanência escolar, promovendo a ressignificação de espaços educativos do Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental (6 a 10 anos) de escolas públicas do país, considerando a convivência, a humanização, a ludicidade, a investigação e o sentimento de pertencimento territorial como fundamentais neste percurso.

A proposta é desenvolvida a partir de uma metodologia que leva em conta a escuta da comunidade escolar, incluindo crianças, familiares, educadores, gestores, equipe de apoio, administrativa, voluntários e a Secretaria Municipal de Educação. Este grupo de diferentes atores constitui um Comitê Multidisciplinar, que participa de momentos formativos, de pesquisas e de planejamento sobre temas que permitam a elaboração de um projeto para a adaptação de espaços e ambientes educativos, com apoio de especialistas e utilização de materiais específicos nas etapas de execução. O projeto local considera o recurso disponível para a execução das atividades de adaptação, além das especificidades de cada território.

Ao incorporar, em sua composição, a manifestação das culturas locais por diferentes linguagens, em conjunto com os Comitês Multidisciplinares, o projeto contribui para o desenvolvimento integral da criança ao estimular a criatividade, a autonomia, a afetividade, a participação, a interação social e suas expressões, por meio das diferentes linguagens da criança. Visando contribuir de modo parti-

decorative border

cipativo no planejamento pedagógico e na proposta curricular, a ressignificação dos espaços pedagógicos oportunizará a concepção de uma cultura de espaços enriquecedores de aprendizagens, ao propor ambientes que considerem a convivência, a humanização, a ludicidade, a interação, a criatividade, a investigação, o sentimento de pertencimento territorial e as brincadeiras como premissa de todas as ações.

Fundamentado nas diretrizes sobre Infraestrutura Escolar dispostas na estratégia 18 da meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE-MEC) e na experiência da Rede Marista de Solidariedade na construção de um currículo com enfoque em direitos, o projeto esteve presente nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande (MT), São Paulo (SP), Almirante Tamandaré, Colombo, Paranaguá (PR) e São José (SC). O critério de seleção das escolas levou em conta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), com o intuito de contribuir com aspectos essenciais para a qualidade da educação e outros definidos pela Secretaria Municipal de Educação. Também foram selecionados territórios onde havia presença Marista, a fim de potencializar a articulação com as Secretarias Municipais na adesão ao projeto.

Neste percurso aqui compartilhado são apresentados alguns dos resultados alcançados nesta trajetória em que educadores, educandos, gestores e demais agentes do Sistema de Garantia dos Direitos se encontram para fortalecer a identidade das comunidades escolares, assim como de seus agentes, e ressignificar seus espaços para defesa do direito à educação de crianças brasileiras.





Percorso Formativo

O projeto Territorialar propõe a ressignificação de ambientes escolares a partir de uma metodologia que considera a escuta de toda a comunidade escolar, com a participação de crianças, familiares, educadores, gestores, Secretarias Municipais e demais instituições do Sistema de Garantia de Direitos. Para viabilidade dessa articulação, constituíram-se Comitês Multidisciplinares, com a responsabilidade de atuarem como multiplicadores das propostas, dos momentos formativos, da pesquisa, do planejamento de projetos para intervenções arquitetônicas nos espaços educativos e da contribuição no projeto político pedagógico em desenvolvimento. Com apoio de especialistas, fundamentados pela legislação e estudos atualizados sobre a melhoria da qualidade dos ambientes e espaços educativos de escolas públicas, destinados à educação de crianças de 6 a 10 anos dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, os participantes realizaram um percurso formativo que permitisse o reconhecimento de oportunidades em seus contextos.

As pesquisas e literaturas sobre os espaços educacionais descrevem os fatores relacionados ao ambiente escolar e os aspectos entre teoria e tendências educacionais. Segundo Schneider (2002 apud KOWALTOWSKI, 2001, p. 113), “um ambiente positivo e mais desafiante, têm poucos problemas de disciplina e dão maior satisfação às famílias dos estudantes”. A intencionalidade pedagógica transforma espaços físicos em ambientes. Barbosa (2008, p. 20) ressalta que “ao pensar no ambiente, precisamos levar em conta os odores, as cores, os ritmos, os mobiliários, os sons e as palavras, o gosto e as regras de segurança, pois cada um tem identidade própria”. Desse modo, os aspectos destinados ao ambiente escolar com qualidade oportunizam o desenvolvimento integral, impactando nos aspectos físicos, cognitivos e de sociabilidade.



Visando contribuir de modo participativo no planejamento pedagógico e na proposta curricular, a ressignificação dos espaços tende a oportunizar a concepção de uma cultura de ambientes enriquecedores de aprendizagens ao considerar a convivência, a humanização, a ludicidade, a interação, a criatividade, a investigação, o sentimento de pertencimento territorial e as brincadeiras como premissas para que crianças e adolescentes aprendam com mais alegria, curiosidade, pesquisa e construção de conhecimento.

Durante a realização do projeto, as reflexões, estudos e formações propostas consideraram diferentes metodologias para ampliar a participação dos envolvidos na comunidade escolar, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e os gestores das Secretarias Municipais de Educação, por meio de Seminários Abertos, Encontros Formativos nos municípios e Comitês Multidisciplinares nas escolas participantes.

Nos **Seminários Abertos**, temas como arquitetura escolar, *espaçotempo* para o brincar, concepção de criança e infâncias, brinquedos da natureza, imaginário e infância, e a relação da criança com o território, foram levados para um público ampliado de profissionais da educação que atuam com crianças no município.

Para os **Comitês Multidisciplinares**, a proposta formativa esteve articulada em duas modalidades: encontros conjunto e por escola.

Nos encontros conjuntos, participam todos os **Comitês Multidisciplinares** de cada município, em conjunto com representantes das Secretarias Municipais, realizando discussões sobre a importância do trabalho em rede, do diálogo constante entre as Secretarias responsáveis pelas políticas públicas do Município, e da atenção aos documentos oficiais.

Os **encontros por escola** dos Comitês Multidisciplinares são reservados às discussões específicas de cada escola participante. Nesses encontros, oficinas e práticas lúdicas com enfoque na reflexão sobre a importância dos espaços escolares, como promotores de aprendizagem, buscam um olhar mais sensibilizado para os ambientes da escola. A partir dessa dinâmica formativa que envolve a práxis de diferentes contextos, o Comitê elenca as potencialidades e as fragilidades dos espaços da escola. As temáticas formativas específicas sobre espaço, arquitetura escolar, qualidade e ergonomia, segundo as necessidades dos usuários, também contribuem para a sensibilização do olhar do Comitê para esses ambientes.

A partir dos estudos realizados, das práticas vivenciadas e das escutas da comunidade, por meio de diversos instrumentos e linguagens, o Comitê define os espaços da escola a serem ressignificados, considerando as necessidades prioritárias da comunidade escolar. Com a contribuição da equipe técnica do projeto, as informações dos processos de escuta, das oficinas de construção, das práticas lúdicas e das discussões realizadas, três espaços são indicados para a intervenção arquitetônica, para serem ressignificados.



Como forma de garantir a continuidade das ações do projeto, o Comitê executa ações específicas e estratégicas para a sustentabilidade do projeto. Ao fim de cada encontro, o grupo recebe uma atividade para ser realizada no período entre um encontro e outro, de acordo com a temática desenvolvida, com o objetivo de qualificar as práticas pedagógicas, socializadas por meio de relatos de experiências, imagens e depoimentos.

O projeto prevê a ressignificação de um espaço físico da escola. O termo *ressignificação* é utilizado em detrimento do termo *reforma*, por uma questão conceitual. A reforma está ligada diretamente ao campo estético, funcional e estrutural, com o objetivo de ampliar ou modificar determinado espaço, enquanto a ressignificação incorpora outros sentidos para o mesmo lugar, por meio de uma intervenção arquitetônica que representa um percurso formativo, representando uma ação articulada às propostas educacionais em desenvolvimento nos espaços escolares.

Na conclusão do projeto e da trajetória prevista para esta temática, as escolas e Secretarias Municipais de Educação recebem uma série de documentos desenvolvidos durante o percurso para garantir a sustentabilidade das ações, com reflexões sobre o processo formativo, análise dos ambientes educativos e a ressignificação realizada neste percurso, seja pela intervenção arquitetônica realizada ou pelas inovações desenvolvidas no projeto das escolas envolvidas. Esse registro permite que a comunidade escolar, representada nos Comitês Multidisciplinares, continue sua trajetória, atentos às demandas e contextos específicos de suas realidades.

“A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS E AS DIFERENTES INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS **INFLUENCIAM DIRETAMENTE OS MODOS DE APRENDIZAGENS**”

2.1 TERRITORIANDO SOBRE OS CONCEITOS E CONTEXTOS FUNDANTES DO PROJETO

A abordagem do projeto Territoriar apresenta temáticas formativas embasadas nas legislações vigentes da educação, tendo em vista a ampliação dos conhecimentos dos participantes para a construção de uma educação de qualidade.

Os conteúdos formativos norteiam-se pelas Diretrizes do Plano Nacional Pela Primeira Infância (PNPI), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no Plano Nacional de Educação (PNE), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura da Educação Infantil, e nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil.

Essas legislações e documentos somam-se aos conhecimentos sistematizados pela Rede Marista de Solidariedade e nas experiências e estudos de especialistas no tema que contribuíram para as reflexões compartilhadas neste relatório.

A organização dos espaços educativos e as diferentes intervenções arquitetônicas influenciam diretamente os modos de aprendizagens e, por isso, devem fazer parte das propostas curriculares. Quando os espaços são transformados em ambientes, podem produzir interações, ludicidade e conhecimentos diversos. Nesse sentido, o percurso formativo ofertado aos participantes priorizou temas no âmbito curricular, de forma a relacioná-los à qualidade, diversidade e quantidade de materiais e mobiliários pedagógicos, à arquitetura e ao uso dos espaços escolares. De forma estratégica, esse percurso formativo inicia trazendo a concepção de criança que entende meninos e meninas como sujeitos de direitos, criativos, autônomos, produtores de cultura e conhecimento. É importante estabelecer esse alinhamento conceitual logo no início do projeto, pois a criança não só é o foco das ações, como também participa ativamente de todos os momentos, tendo seus pontos de vista considerados nas análises durante o per-

curso formativo para tomada de decisão. Os espaços, quando pensados com e para as crianças, demonstram a intencionalidade pedagógica e oportunizam as diferentes culturas infantis, pois expressam as mais variadas identidades. A concepção de família trazida pelo projeto supera as relações de parentalidade, ampliando seu entendimento na medida em que a família se constitui também por meio dos laços afetivos e de vínculos comunitários. A realização de trabalhos coletivos de ressignificação dos espaços escolares com o envolvimento das famílias pode contribuir para o entendimento sobre a importância da escola e da aprendizagem.

A concepção de territórios educativos visa entender a cidade e seus contextos. É preciso reconhecer que, para além da escola, o lugar onde se vive é um território que também educa e promove a criatividade, o empoderamento e a identidade. Portanto, é partindo dos olhares que lançamos sobre as infâncias, sobre as famílias e sobre as cidades, e na articulação com áreas do Sistema de Garantia de Direitos (educação, cultura, saúde e esporte), que tecemos reflexões e propostas acerca dos territórios. Dessa forma, a cidade e o bairro, as ruas, as praças e os parques se tornam ambientes promotores de educação, por serem verdadeiros elementos potencializadores de convivência.

O trabalho com projetos pedagógicos direcionados para os espaços educativos foi considerado por possibilitar um diálogo mais amplo, coletivo e cooperativo para a resolução dos desafios na ressignificação qualitativa dos ambientes. Construir projetos considerando a importância dos espaços escolares e intervenções arquitetônicas amplia os conhecimentos para além da sala de sala. Os projetos sobre espaços educativos devem nascer da escuta das crianças, suas famílias, educadores,

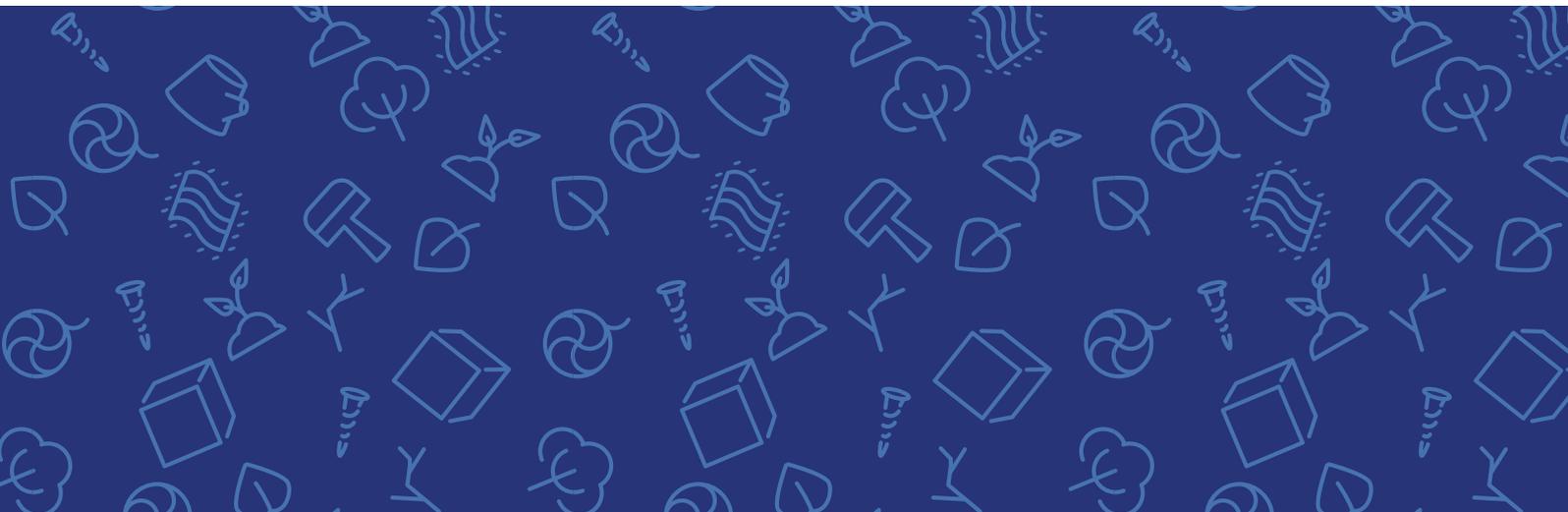
“O desenvolvimento de um projeto arquitetônico voltado para edificações de ensino é processual e deve seguir um programa de necessidades elaborado em conjunto com o comitê multidisciplinar, que leve em conta a aplicação das propostas pedagógicas.”

com olhar atento ao território em que a escola está inserida. Por meio da metodologia de projetos pedagógicos, as crianças têm a oportunidade de reinterpretar e de se apropriar dos diferentes conteúdos, em respeito às suas individualidades e à de seus pares. Nesse sentido, o educador atua como mediador afetivo de conhecimentos entre a experiência e a criança.

Currículo e *espaçotempo* são dois conceitos de extrema relevância no trabalho educativo para a qualidade do ensino e permanência dos educandos na unidade educativa. O currículo, enquanto meio norteador, expressa as práticas pelas quais a escola se organiza, propõe os seus caminhos e orienta para o fazer pedagógico. A proposta curricular que, em sua concepção, considera os espaços escolares como promotores de aprendizagem assegura uma relação de confiança e respeito, além de levar em conta os saberes da comunidade local.

Entende-se o *espaçotempo* como um modo de organização curricular no qual espaço e tempo são indissociáveis, provocadores de situações de aprendizagens, que comunica à criança como a escola é compreendida e organizada. Por serem construídos socialmente, os *espaçotempos* devem estar em constante ressignificação, ou seja, transformados, modificados, construídos no cotidiano das relações, sendo importante que as dimensões afetiva, estética, arquitetônica e de aprendizagem sejam relacionadas e debatidas com os profissionais que as constroem.

A arquitetura escolar precisa estar alinhada às especificidades e às propostas que os espaços e ambientes educativos sugerem,



a fim de promover a participação, a interação e a produção de cultura na comunidade escolar. Para além da edificação, alinha-se na construção de ambientes que devem retratar as potencialidades das diferentes infâncias. A arquitetura considera a relação do espaço escolar com seu tempo sócio-histórico, questionando alguns paradigmas e propondo uma relação estreita entre o espaço físico, a produção de saberes e as crianças, pois o projeto escolar começa com as especificidades de seus usuários.

A articulação entre os saberes, a aproximação da comunidade e a articulação entre as instituições envolvidas foram fundamentais para abertura a novos acenos para a educação nesses territórios. Nesse percurso, os espaçotempos escolares foram revistados no intuito de ressignificar ambientes educativos que sejam promotores de novas aprendizagens. A história continua a ser escrita, vivenciada e ressignificada na medida em que o conhecimento permanece nos espaços, pois a vivência e a prática das oportunidades de pensar e fazer educação permanecem nestes autores.

2.2 ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

A mobilização dos diferentes atores que compõem a comunidade educativa é elemento fundamental para que os objetivos do projeto tenham sustentabilidade. Quando todos participam de uma atividade e compartilham dos mesmos interesses, assegurando que o alinhamento das propostas curriculares sejam propulsores de crescimento coletivo e não de inviabilização dos processos, cria-se uma atmosfera de compromisso com o bem comum e um

sentimento de pertencimento em relação aos resultados que forem alcançados e dos desafios a serem trabalhados.

Neste sentido, o projeto Territoriar incorpora, em sua metodologia, momentos de fortalecimento dos vínculos e compromissos estabelecidos entre educandos, educadores, equipe pedagógica, de apoio, administrativa, gestão, lideranças comunitárias, famílias, diversos atores do território em que a escola está inserida, Secretarias Municipais e outros equipamentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, representados no Comitê Multidisciplinar.

É nos encontros dos Comitês que o alinhamento de todos os processos previstos relacionados à mobilização – escutas, comitês por escola e conjunto, seminários abertos e ação de voluntariado – são realizados. De acordo com os *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil* (BRASIL, 2006), a participação é premissa para qualquer projeto.

Com isso, para além das questões que envolvem os acordos que viabilizam a rotina

escolar participativa, o projeto pretende, também por meio dos Comitês Multidisciplinares, articular-se com os demais membros dos Sistemas de Garantia de Direitos, visando à atenção às necessidades e especificidades de cada criança e território, por meio de critérios de segurança, acessibilidade, conforto, qualidade de interação e ludicidade dos equipamentos ofertados.

2.3 SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

A fim de garantir que os processos construídos durante o projeto Territorial sejam continuados, é desenvolvida, ao longo dos encontros formativos, uma série de instrumentais que registram os acordos coletivos, as metas a serem alcançadas e as novas práticas pedagógicas a serem incorporadas em continuidade às propostas elaboradas durante seu desenvolvimento.

A união de um coletivo para pensar e repensar os espaços escolares tendo como foco na ressignificação é importante na Unidade educativa, um colegiado que pode dialogar e fazer mudanças. Assim cada escola foi convidada a pensar na escrita do Papel do Comitê Multidisciplinar, para que possam ter a memória de suas atribuições.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que apresenta a proposta educacional da instituição de ensino para a comunidade escolar, estabelecendo uma relação horizontal, dialógica e democrática, que permite a todos não só ter conhecimento, mas intervir em seu conteúdo. Nele estão presentes as propostas curriculares e diferentes conceitos adotados pela Unidade. O PPP é fruto de uma ação contínua, que define as ações educativas, fazendo uma relação com as especificidades da comunidade escolar. Por isso, foi desenvolvido um texto sobre Concepção de Ambientes Educativos pelo Comitê, como sugestão de incidência no documento. A qualidade do documento depende dos referenciais e dos parâmetros que fundamentem sua produção e de referenciais teóricos e metodológicos que endossem sua prática.

O Projeto Pedagógico é uma metodologia relevante para que as práticas pedagógicas contemplem a participação dos educandos de forma mais ativa e autônoma. Com ele, é possível projetar temáticas que emergem das discussões em grupo, estabelecendo objetivos que dialogam com as especificidades e demandas da comunidade escolar.

O Calendário é um instrumental no qual são elencadas atividades a serem realizadas em datas específicas na escola, posteriormente à finalização do projeto. O objetivo é trazer para a prática cotidiana as temáticas formativas estudadas durante os encontros do projeto, fortalecer o trabalho em rede por meio de encontros estratégicos, criar relações de parcerias com a comunidade local, incluindo entidades governamentais e não governamentais, e intensificar as relações entre a escola e o território.

As ações de sustentabilidade executadas precisam ser avaliadas periodicamente, para a que a reunião de evidências sobre os resultados obtidos, qualitativamente e quantitativamente, permitam novas projeções e reconhecimentos dos percursos vivenciados. Por isso, os integrantes do Comitê Multidisciplinar e demais representantes da comunidade educativa utilizam uma Matriz de Avaliação.

Cada documento descrito tem uma forma e um momento específico para ser executado, porém, complementam-se para promover a continuidade de suas ações, ou seja, a sustentabilidade dos processos construídos coletivamente, com ampla participação da comunidade escolar.



Arquitetura Escolar e Ambientes Educativos

A participação da criança na dinâmica escolar pode possibilitar relações e exercício de novos olhares e descobertas que permitirão seu desenvolvimento ao longo da vida. Por isso, dispor de um espaço adequado para as aprendizagens gera amplas possibilidades de uso, contribuindo positivamente para a criação de contextos, com locais confortáveis, estimulantes para práticas educativas de qualidade.

A atual conformação dos espaços arquitetônicos escolares é um dos resultados das concepções sobre os sujeitos e sobre a aprendizagem. A adequação das classes, a organização da educação por grupamentos de conhecimentos específicos e por séries, necessária para a formação de indivíduos equivalentes, manteve-se até os dias atuais. No entanto, a sociedade já se modificou e vive um período mais criativo e dinâmico, fazendo emergir a necessidade de repensar esta lógica para melhor atender às reais necessidades do nosso tempo, especialmente das infâncias, prioridade absoluta em nossas políticas, como estabelece a Constituição Federal de 1988.

Dentre as problemáticas em relação aos edifícios educacionais abordadas ao longo do projeto Territorial, destacam-se os projetos arquitetônicos nem sempre alinhados com as propostas pedagógicas. Nesse sentido, as reflexões concentram-se em promover o desenvolvimento de ambas, de forma a gerar um conjunto indissociável e complementar entre arquitetura e educação. Na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, a ludicidade perde força e reduz o potencial educativo dos espaços, reduzindo as possibilidades de aprendizado, autonomia e pertencimento da criança em relação ao espaço educativo.

A adequação do espaço arquitetônico das unidades escolares segue um Programa de Necessidades pré-estabelecido pelas Secretarias de Educação, normatizados pelo Código de Posturas local, que estabelece ambientes, dimensionamentos mínimos por aluno, padrões de iluminação, ventilação e outros elementos compositivos dos ambientes. A discussão que deve ocorrer sobre as características regionais dos territórios poderia ser mais explorada, bem como o contexto social e econômico da comunidade.

Apresentamos a seguir alguns elementos considerados neste projeto como fundamentais para a qualificação dos ambientes escolares e para a ampliação das possibilidades de participação da comunidade educativa:

3.1 CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A importância de se incorporar metodologias participativas no processo de construção e obras de ressignificação se dá em função da análise das propostas pedagógicas que envolvam a comunidade escolar local. A abordagem cultural deve ser considerada ao integrar costumes, formas de vivência e valores familiares, fazendo com que os usuários possam desenvolver sentimentos de pertença, transformando os ambientes que convivem.

Como orienta o documento *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil* (BRASIL, 2006), o projeto Territorial está embasado

em uma metodologia participativa, por meio de encontros formativos dedicados a desenvolver diretrizes e esboços da concepção arquitetônica ideal para a localidade onde a unidade de ensino está inserida, considerando as necessidades locais e o desenvolvimento de um planejamento a longo prazo, para que o espaço arquitetônico esteja em constante mudança.

3.2 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O desenvolvimento de um projeto arquitetônico voltado para edificações de ensino é processual e deve seguir um programa de necessidades elaborado em conjunto com o comitê multidisciplinar, que leve em conta a aplicação das propostas pedagógicas. O projeto deve suprir as necessidades relativas ao conforto dos usuários, respeitar suas individualidades, promover a participação, a autonomia, e garantir a inserção cultural de seu entorno.

3.3 ESTUDO DE VIABILIDADE E ANÁLISES PÓS-OCUPAÇÃO

As discussões sobre o funcionamento da unidade escolar, desde o perfil da comunidade, usos, fluxos, premissas educacionais, acessibilidade universal e infraestrutura, motivaram uma análise das prioridades para ressignificação de espaços proposta pelo projeto Territorial, tendo como base os estudos realizados pelo Grupo Arquitetura e Educação da UFRJ (2009). Observando a qualidade do Lugar: procedimentos para avaliação pós-ocupação, definimos pelas seguintes metodologias para qualificação do estudo desenvolvido pelos Comitês Multidisciplinares:

✧ **Mapa mental:** atividade de leitura representativa e de memória do trajeto casa-escola. Permite a análise das potencialidades e desafios da inserção da escola na comunidade, contribui para a visualização de espaços potenciais e parcerias que a escola pode firmar em seu entorno e viabiliza a leitura ampla do território, colocando a escola como parte indissociável de sua comunidade.

✧ **Maquete do espaço existente:** visualização dos espaços potenciais, tradução de como a escola é visualizada por seus usuários.

✧ **Mapa comportamental:** atividade de leitura da planta do espaço da escola que permite a análise de fluxos, espaços com potencial para usos diferenciados e avaliação de conforto térmico, acústico e visual. Esta atividade comporta a sistematização do registro de atividades, tempos de permanência, locais de mais uso e percurso dos indivíduos no espaço.

✧ **Poema dos desejos:** esta atividade utiliza diferentes linguagens para projetar quais são os sonhos e desejos da comunidade educativa para ressignificação do seu espaço. Utilizamos esta prática de duas formas: maquete construída com o Comitê e urna para participação de pessoas de toda a comunidade escolar.

✧ **Desenvolvimento das etapas do projeto:** o anteprojeto foi apresentado ao Comitê para validação final, antes do detalhamento e desenvolvimento do projeto executivo. Todos os projetos foram aprovados pela Secretaria de Educação e pela Secretaria responsável pelas intervenções arquitetônicas no município.

✧ **Aspectos de qualidade em ambientes de educação:** tendo a criança como foco e usuário principal dos espaços da escola, utilizamos, nas etapas formativas dos Comitês, os parâmetros avaliativos compatíveis com os requisitos definidos pelo Plano Nacional de Educação, atendendo às necessidades de desenvolvimento da criança e aos conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e proposta pedagógica. A referência de definição desses parâmetros está no documento *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil* (BRASIL, 2006) e foi aprofundada de maneira diferenciada em cada um dos Comitês, de acordo com sua necessidade.

Os parâmetros funcionais, estéticos e técnicos para análise dos espaços também foram considerados durante a construção das propostas de ressignificação:

- ✱ **Parâmetros Funcionais:** relativos ao desempenho esperado para os ambientes. Durante o projeto, foram analisados itens como a organização espacial e fluxos, principalmente em edificações existentes. A adaptação de estruturas faz com que, por muitas vezes, os fluxos se desfaçam e ocorra uma desorganização do espaço, o que pode gerar dificuldades na implantação das propostas pedagógicas. A criação de espaços multifuncionais e flexíveis se faz necessária tanto para suprir a ausência de estruturas como para gerar espaços que promovam a criatividade da criança. Quanto à ambientação, os espaços de edificações de Ensino Fundamental são sempre proporcionais aos dois anos finais, tornando o espaço pouco acessível para grande parte das crianças. A ergonomia relacionada aos mobiliários não respeita o recomendado pela NBR 14006 (ABNT, 2003), que orienta até três variações de altura dos 5 aos 10 anos, bem como o alcance da criança em relação aos materiais, com prateleiras na altura dos educandos. Ainda com relação aos parâmetros funcionais, é necessária a utilização de aberturas amplas que possibilitem ventilação adequada para favorecer a descoberta e a interação do espaço com o entorno, como a criação de estares que permitam o descanso, reflexão e realização de atividades em horários de recreação.
- ✱ **Parâmetros Estéticos:** relativos à atratividade, à concentração e ao bem-estar nos ambientes. Este parâmetro favorece o despertar dos sentidos, a capacidade de descoberta da criança, de curiosidade e a imaginação. Nas instituições de Educação Fundamental, ele acaba se tornando secundário, tendo em vista que espaços lúdicos não são tão comuns. Os recursos referentes a este parâmetro englobam a utilização de cores, iluminação, trabalho paisagístico com amplas áreas verdes e texturas diferenciadas para composição da edificação e dos mobiliários.
- ✱ **Parâmetros Técnicos:** relativo às diretrizes para construção de edificações educacionais e às legislações utilizadas na gestão do espaço escolar. Durante a concepção de ambientes escolares, o Programa de Necessidades é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, o que por muitas vezes não atende às necessidades da comunidade ou aos contextos sociais econômicos e históricos da localidade na qual a escola está inserida. A acessibilidade é outro parâmetro técnico que não deve ser compreendido apenas pelos PcDs (Pessoa com Deficiência). As infâncias apresentam necessidades peculiares, relacionadas à estatura e à locomoção, por exemplo. As escolas são construídas de acordo com um estudo de desenvolvimento regional que prospecta a quantidade de moradores do território e prevê a quantidade de alunos a serem comportados. As legislações municipais relativas aos códigos de posturas das cidades preveem a quantidade de m² por aluno, para salas de aula, pátios e até mesmo para a quantidade de banheiros. Manter esses índices dentro da norma favorece o desempenho e a salubridade das crianças ali atendidas.

As questões relativas ao conforto ambiental – acústico, térmico e visual – devem ser consideradas no uso de materiais e texturas que minimizem os impactos da oscilação de temperatura, dos ruídos e, dependendo dos casos, da amplificação sonora.

Os espaços educativos ressignificados precedem, portanto, de inúmeras reflexões e estudos compartilhados para o pertencimento e favorecimento da relação entre arquitetura e educação. O percurso formativo do projeto Territorial permitiu que as escolas envolvidas se debruçassem sobre estes elementos constituintes de uma proposta de educação que atenda aos diferentes contextos nos quais está inserida, com a escuta atenta e com a projeção de possibilidades futuras de melhoria de seus espaços como promotores de aprendizagem. As experiências compartilhadas neste documento relevam o envolvimento e compromisso de toda a comunidade educativa na construção de conhecimento que permita a ressignificação constante de seus espaços, possibilitando a continuidade e a sustentabilidade das ações aqui iniciadas.

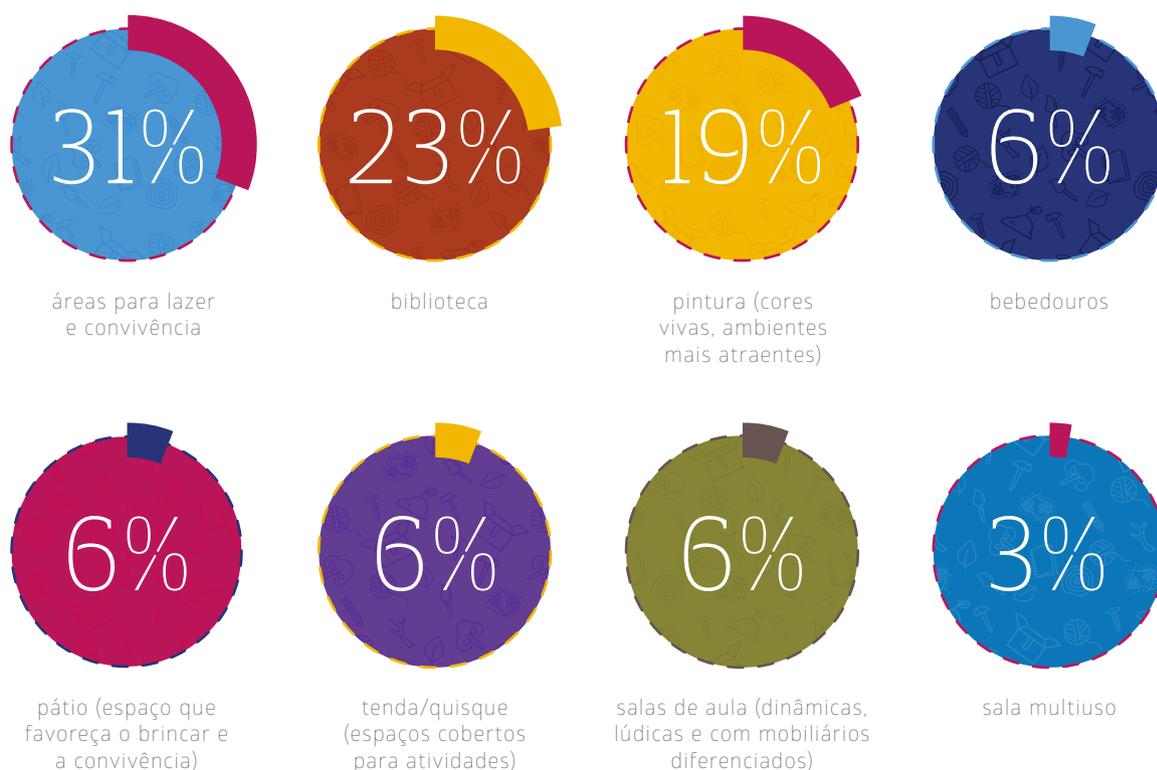


Experiências
de Ressignificação
de Espaços

As experiências de ressignificação de espaços vivenciadas por 15 escolas públicas acompanham, no cenário nacional, várias iniciativas que buscam a melhoria da qualidade e a permanência das crianças na escola. Estudos, escuta, reflexões, fundamentadas e reconhecidas como relevantes para os diversos contextos aqui representados em quatro estados da Federação, indicam a oportunidade de novos acenos para a educação brasileira. As escolhas realizadas revelam a necessidade de atender aos apelos das infâncias para um lugar, um território, mais participativo, mais dialógico e mais articulado para suas experiências de vida.

Os Comitês Multidisciplinares, em seus diversos contextos, representaram a comunidade local e, por meio de diversas estratégias de escuta e participação, definiram três prioridades para sua escola. Apresentamos no Gráfico 1 a representação dos espaços educativos indicados como prioritários no universo de 15 escolas públicas:

Gráfico 1 - Espaços prioritários para os Comitês Multidisciplinares



Mesmo com índices comuns em alguns projetos, como as áreas de lazer e convivência, a ressignificação foi particularmente pensada e projetada com suas especificidades e culturas locais. Neste capítulo, apresentamos alguns dos percursos realizados nas escolas.

4.1 ESTADO: MATO GROSSO

4.1.1 Município: Cuiabá



Escola Municipal de Ensino Básico Prof. Lenine Campos Póvoas

Durante as escutas realizadas na Escola Lenine Campos de Póvoas, ficou evidente o importante papel exercido pela escola em seu território e comunidade. A escola, principal equipamento público disponível na região, é usufruída como local de lazer, encontros e reuniões comunitárias, inclusive aos fins de semana, por crianças e adultos.

Um dos ambientes desta escola identificados pelo Comitê Multidisciplinar para ser resignificado foi o **parque**. O reconhecimento do direito ao brincar e a promoção de espaços para valorização da prática foram decisórios para a escolha do local. Somados a isso, o fortalecimento da relação da criança com a natureza, podendo desfrutar de uma área verde disponível no local e ainda pouco explorada pela comunidade escolar, e a relação já estabelecida com o território foram itens relevantes para definição do ambiente.

Para que a resignificação fosse viabilizada, foi necessária a disponibilização de um local para implantação de um novo parque, pois o que estava ativo se situava em um pequeno corredor fora da área de principal circulação, que não privilegiava seu uso. O local que ofertava as necessidades elencadas, como espaço físico e área verde, era totalmente ocupado por um estacionamento utilizado pelos profissionais da Unidade escolar. Para que este espaço fosse ocupado pelo novo parque, além de um estudo acerca da legislação vigente sobre o número de vagas de estacionamento, houve uma negociação entre funcionários, que, em comum acordo, definiram em diminuir a área para os veículos, utilizando a área verde para o projeto.

Esse espaço inicialmente não foi reconhecido pelas crianças como uma possibilidade de local a ser

ocupado, já que era comumente aceito como área exclusiva de carros e de uso dos adultos. A redescoberta de um espaço já existente, mas imbuído de novo significado, fortaleceu a relação de pertencimento das crianças com a escola.

O novo lugar trouxe consigo diferentes brinquedos que valorizam o brincar e o aprender através de um ambiente lúdico, e ampliou-se a autonomia da criança com a colocação de um piso emborrachado, que diminui o impacto em caso de quedas. Com essa intervenção, o espaço poderá ser contemplado no Projeto Político-Pedagógico como um ambiente promotor de relações e descobertas. Ele também será propício para lazer, tanto da comunidade local como dos educandos, que poderão fortalecer vínculos, inclusive familiares, durante horários de entrada e saída das aulas. O diálogo cotidiano do educador com os educandos e suas famílias traz um olhar atento à identidade e qualifica o atendimento para as especificidades de cada criança.

Outras prioridades da escola foram a **pintura interna** e a **biblioteca**, que permanecem nos planos de articulação e sustentabilidade a serem desenvolvidos pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.

4.1.2 Município: Várzea Grande



Escola Municipal de Ensino Básico Gonçalo Domingos de Campos – CAIC

A escola Gonçalo Domingos de Campos tem um amplo espaço físico, porém pouco explorado e setorizado por classificação etária para seu uso. Essas foram as características mais recorrentes relatadas nas escutas realizadas na escola. Uma das metodologias de escuta aplicadas foi a construção de uma maquete que, por iniciativa do Comitê, foi estendida a um grande número de educandos, garantindo a participação infantil e alcançando para além da representatividade exercida pela equipe. Através desta ação, a escolha do **parque** como um dos locais a ser ressignificado foi demonstrada no material construído, inclusive garantindo a opção de brinquedos para todas as idades. Também por meio dessa atividade, foi reforçada a importância de propiciar uma **área de convivência** para educandos e educadores, além da família e da comunidade, que já utilizam a escola aos fins de semana como um espaço de lazer, visto ser um dos equipamentos públicos da região.

No parque já existente havia poucos brinquedos, danificados pelo tempo, e um desnível no chão, que colocava em risco a segurança dos educandos. A intervenção no espaço, além de substituir e ofertar mais elementos, explorou as condições naturais já ofertadas, como a sombra de uma árvore no local, reorganizando a disposição dos brinquedos.

O local de implantação da área de convivência também foi definido a partir da condição natural já existente, além da proximidade com o parque, o que fez dos dois ambientes uma grande área de lazer. Nela, espera-se que a vivência coletiva seja fortalecida, as relações estreitadas, que haja troca de experiências entre crianças de diferentes faixas etárias e que o sentimento de pertencimento seja aflorado.

A **biblioteca** foi outro lugar ressignificado na escola, trazido com ênfase nas escutas através dos desenhos das crianças. A característica climática da região, com altas temperaturas, somada à ventilação insatisfatória, problemas de infiltrações e goteiras, além de uma iluminação inadequada para a atividade, inviabilizavam seu uso. Para resolução dessas questões, foram feitas adequações das vigas-calhas e pintura geral das paredes; no teto e no piso utilizaram-se cores claras. A iluminação obteve uma revisão geral, ventiladores foram instalados e uma das paredes foi transformada em lousa, para que a criança possa interagir com o espaço. O ambiente recebeu ainda novos pufes, que possibilitaram dinamismo nas atividades e ampliação de acervo de livros e jogos pedagógicos. Os mobiliários já existentes no local foram ressignificados com pinturas e tecidos em um dia de ação voluntária, qualificando a promoção de aprendizagens e despertando o hábito da leitura, pesquisa e construção do saber.

Ainda na ação voluntária, a pintura, outra prioridade da escola, foi realizada com a participação da comunidade escolar e dos parceiros, que ajudaram a deixar as salas e corredores mais acolhedores e com maior conforto visual e melhoria de visibilidade com a utilização de cores claras. A Unidade educativa continuará a ressignificação dos espaços com a pintura em outros espaços e com jogos que serão desenhados no piso dos pátios externos. O objetivo de usar a ludicidade como estímulo para o aprender se concretizará nesta ação a ser realizada por educadores e educandos.

4.2 ESTADO: PARANÁ

4.2.1 Município: Almirante Tamandaré



Escola Municipal Ângela Antônia Misga de Oliveira

Na Escola Ângela Misga, a escuta foi expandida a todos os educandos da Unidade, por iniciativa do Comitê Multidisciplinar. As crianças participantes do Comitê, com o apoio de seus educadores, encarregaram-se de visitar todas as salas de aula, explanando o projeto e coletando relatos com desejos de melhoria para a escola, ampliando a participação infantil.

Essa escuta, somada a outras já propostas pelo projeto, elencaram alguns locais para escolha de resignificação. Um local escolhido pelo Comitê como primordial para a melhoria da qualidade da educação na escola foi o **parque**. O local, que deveria estar promovendo o direito ao brincar e proporcionando o convívio entre a comunidade escolar, estava inutilizado há muito tempo. Havia um desnível no terreno onde está o parque, e isso ocasionava a vazão do esgoto das

casas vizinhas para o espaço da escola. Essa situação, além de apresentar um risco à saúde dos educandos e educadores, deteriorou os brinquedos presentes no espaço. Além disso, em dias de chuva, por falta de escoamento, a área ficava totalmente alagada. Se uma intervenção arquitetônica focada na composição de um novo parque fosse realizada, a situação já existente iria se repetir e o parque se inutilizaria novamente em pouco tempo.

Algumas soluções foram levantadas, dentre elas a construção de um **muro de contenção/arrimo** que resolvesse o problema identificado e a intervenção no parque fosse totalmente realizada, a escolha do Comitê atendida e os riscos relativos à saúde solucionados. O local foi contemplado para a convivência, por meio da colocação de mesas e bancos. Foi utilizada uma tinta em tom claro em toda a extensão do muro, que será resignificado pela escola com pinturas das próprias crianças. Espera-se que esse espaço seja um potencial promotor de novas formas de aprendizagens, convivência, interação, descanso e lazer, com segurança para a comunidade escolar.

Outro espaço escolhido foi uma das salas de aula, que recebeu **reparos gerais**, pois não estava apta a receber crianças e adultos, por causa de uma infiltração no local.

Outra prioridade da escola foi a **biblioteca**, que permanece nos planos de articulação e sustentabilidade a ser desenvolvido pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.





Escola Municipal Mirta Naves Prodóscimo

Durante as escutas propostas pelo projeto à Escola Mirta Naves Prodóscimo, foi evidenciada a necessidade de pensar sobre a insuficiência de espaço físico para a quantidade de alunos atendidos.

Baseado nesse relevante desafio, o Comitê da escola elencou como urgente o aumento de espaço físico para a realização de aulas. Para que isso fosse possível, parte do espaço utilizado como pátio se transformou em uma **nova sala de aula**. A fim de que o lazer não fosse comprometido, espaços destinados às práticas foram repensados, inclusive aproveitando a nova parede levantada no ambiente, que teve pintura em tinta de quadro negro, possibilitando livre expressão às crianças.

A nova sala foi planejada para que a autonomia e a participação da criança sejam consideradas, com janelas amplas que dão visão ao parque e mobiliários, de acordo com a faixa etária das crianças. A resignificação atingiu outras partes da escola com a **adequação das salas existentes**, recebendo nova pintura interna, com cores mais atraentes, e novo mobiliário, na altura das crianças. Os educadores têm mais opções de composição para experimentar novas metodologias, com mobiliários versáteis que, aproximados, podem formar uma mesa para trabalho em conjunto, por exemplo. Além disso, a unidade recebeu um **novo portão** de entrada, reforçando a segurança da comunidade escolar.

A intervenção inspirou o Comitê Multidisciplinar na escrita de um projeto pedagógico, desenvolvido durante o Projeto Territorial, que prevê o envolvimento de toda a comunidade escolar na resignificação de mais espaços que proporcionem o brincar e a leitura. Essa proposta será incluída no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Outra prioridade da escola, o **parque**, teve sua resignificação executada por meio de uma ação com voluntários, em parceria com colaboradores do Grupo Marista. O espaço recebeu algumas melhorias, como a execução de uma horta, plantio de gramado e nova pintura dos brinquedos, dos muros e dos mobiliários do refeitório.

A expectativa é de que, com as modificações, o ambiente educativo se torne mais atrativo, a convivência mais prazerosa, as possibilidades de novas práticas ampliadas e a segurança e conforto qualificados.



“A RESSIGNIFICAÇÃO
ATINGIU OUTRAS
PARTES DA ESCOLA
COM A ADEQUAÇÃO
DAS SALAS
EXISTENTES”



Escola Municipal Vereador Vicente Kochany

O Comitê Multidisciplinar da Escola Vicente Kochany, além de participar ativamente de todas as atividades de escuta propostas pelo projeto Territorial, envolveu um número grande de representantes da comunidade escolar. Por meio de uma urna para coleta de sugestões colocada na entrada da escola, o Comitê expandiu a participação, considerando a opinião de educandos, pais, funcionários e da comunidade do entorno que frequenta a escola, a fim de escolher o local a ser resignificado.

O debate e a análise das sugestões elencadas trouxeram à tona preocupações comuns à grande parte das pessoas: o refeitório, alocado em um corredor exposto à ação do vento, e a ausência de local apropriado para a realização de aulas de artes e atividades diferenciadas.

Esses foram aspectos determinantes para a escolha do lugar a ser priorizado para a intervenção arquitetônica. A criação de uma **sala multiuso** que pudesse abranger a função de refeitório, sala de atividades e de reuniões foi a alternativa mais viável para atender a inúmeras necessidades. O espaço do refeitório foi unido ao de uma sala de aula, resultando em um grande espaço para práticas diversas.

Essa sala recebeu mobiliários que inspiram o trabalho em equipe (mesas coletivas), a autonomia e a liberdade (parede de quadro negro), e o conforto (iluminação), com paredes coloridas e peitoril baixo das janelas, que permitem a visualização do entorno e melhor ventilação. Além dessa, a resignificação atingiu também **outra sala multimeios**, que estava com poucas condições de uso e teve suas paredes finalizadas com reboco e pintura e novo layout. A resignificação desse espaço motivou novas atividades com as crianças que permanecem na escola por mais de um período no dia.

Com as intervenções e o novo espaço resignificado, a possibilidade de planejamento pedagógico e a convivência entre a comunidade escolar se ampliaram. As refeições poderão ser realizadas de maneira mais confortável e adequada, e com integração entre diferentes turmas.

A terceira prioridade da escola era a implantação de um **parque**. Para ampliar as possibilidades de trabalho com o lúdico e com o brincar, a escola recebeu pinturas de jogos nas mesas localizadas no bosque e também no chão do pátio. Essas ações foram realizadas em uma ação voluntária, em parceria com colaboradores do Grupo Marista.

4.2.2 Município: Colombo



Escola Municipal Barão de Mauá

O Comitê Multidisciplinar da Escola Municipal Barão de Mauá demonstrou preocupação em contemplar a maioria dos participantes de sua comunidade escolar, e a forma encontrada para viabilizar isso foi dispor uma urna na entrada da escola, para a coleta de opiniões e sugestões sobre seus espaços.

Esses dados, somados às reflexões durante os encontros formativos e às escutas realizadas, ressaltaram desafios comuns à maioria das opiniões da comunidade escolar. O **parque** e a **área de convivência** foram muito citados, principalmente pela pouca conservação e também pela falta de espaço físico para comportar o número de educandos matriculados. Por isso, eles foram os locais priorizados para a ressignificação, tendo sua área ampliada com a construção de uma arquibancada, implantação de jogos no piso, bicicletário, mesas, painel em cerâmica para atividades, caixa de areia e novos brinquedos. O espaço foi revestido de piso emborrachado, oferecendo maior segurança e autonomia às crianças, pois diminui o impacto no caso de quedas. Além dessas alterações, uma área de grama foi mantida, para a construção de um jardim, planejada pela equipe da escola.

Outro lugar muito citado e que também recebeu intervenção foi a **quadra**. A pintura do piso foi renovada e facilitou a promoção da prática de diversos esportes.

As ações realizadas na escola fomentaram a promoção de aprendizagens por meio do brincar, da convivência entre todas as idades e da prática de esportes e atividades físicas, através de atividades livres ou direcionadas.

“O processo formativo promovido pelo projeto também incentivou a reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico e o reafirmou como importante instrumento de apoio ao desenvolvimento de novas abordagens didáticas aos educadores, e acessível a toda a comunidade escolar.”

O processo formativo promovido pelo projeto também incentivou a reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico e o reafirmou como importante instrumento de apoio ao desenvolvimento de novas abordagens didáticas aos educadores, e acessível a toda a comunidade escolar.

No 5º Comitê Multidisciplinar, o grupo executou a ressignificação da **biblioteca**, outro espaço eleito como prioridade, fazendo a limpeza do local, classificando os livros, inserindo caixotes de feira e transformando o quadro negro em um quadro para contação de histórias. Além disso, o espaço recebeu, como complemento, mobiliários que permitem a organização dinâmica dos espaços e ampliação de seu acervo de livros e jogos pedagógicos.



Escola Municipal Carlos Fontoura Falavinha

Desde o início do projeto Territorial, o Comitê Multidisciplinar da Escola Carlos Fontoura Falavinha considerou a importância de escutar as vozes da comunidade, de modo que o cumprimento de sua representatividade ocorresse da melhor forma possível. Uma das iniciativas foi promover um dia de “eleição/consulta”, organizado conjuntamente entre crianças e adultos, para coletar as opiniões, através de urnas, sobre quais locais poderiam ser resignificados. O material fruto dessa atividade e as reflexões feitas nos encontros formativos resultaram no levantamento das maiores necessidades e desejos de educandos e educadores. O quesito mais evidenciado pela maioria das pessoas foi um espaço para oportunizar a prática do lúdico e valorizar o brincar, ressaltando que um espaço coberto, para essas práticas, seria indispensável.

Por isso, um dos locais resignificados na escola foi o espaço do pátio, utilizado como **quadra**. A colocação de uma tenda para cobertura tornou possível o uso do local em dias de chuva ou sol muito forte, e a renovação do piso em cimento queimado possibilitou maior conforto e segurança para as práticas. A intervenção disponibilizou um ambiente adequado para práticas ao ar livre, atividades lúdicas, aulas diferenciadas ou apresentações culturais, aspecto de grande interesse da comunidade escolar. Além disso, anexo a esse espaço, o Comitê realizou a construção de um **jardim**, com apoio de parceiros da Escola.

Os desafios acerca do brincar também resultaram na **adequação total do pátio e área de circulação central**. A ausência de um parque ou atrativos lúdicos foi preocupação levantada durante as reflexões e propulsor da decisão em resignificar a área. A intervenção promoveu um ambiente mais lúdico, para ampliar a convivência e o brincar, com adequação do

piso e pintura de jogos no chão. Dentre os elementos definidos pelo Comitê que foram inseridos no espaço estão as redes emborrachadas próprias à área externa, as árvores com flores, as árvores frutíferas, os jogos como “amarelinha africana” e “cama de gato”, um varal-mural para exposição de trabalhos e bancos e mesas para uma área de convivência. Complementando o novo espaço, foi realizada a **realocação do bebedouro**, de dentro do banheiro para o pátio, o que facilitou o acesso e a utilização. A ideia foi tornar essa área de passagem, antes obsoleta, um espaço agradável para convivência, onde a equipe do Comitê pudesse implantar uma área de leitura ou de brincar.

O envolvimento da escola nos trabalhos desenvolvidos durante o projeto culminou na resignificação de mais um espaço por iniciativa própria da escola. A **biblioteca** foi repensada e as prateleiras remodeladas e coloridas. A intencionalidade foi ampliar as possibilidades de metodologia, ressaltar a identidade da criança e facilitar seu acesso aos materiais. O espaço também recebeu novas mesas e cadeiras e ampliação de acervo de livros e jogos pedagógicos.

Além disso, foi realizado um dia de ação voluntária, com a participação da comunidade escolar e parceiros, para a pintura da biblioteca, da sala dos professores, e de muros, bancos e mesas da área de convivência. Com novos ambientes lúdicos, resignificados, os educadores estão voltados à construção de um plano de ação que dialogue com as infâncias. Os ambientes também proporcionaram ao corpo docente a atuação coletiva e a elaboração de projetos com metodologias diferenciadas, que englobem o brincar e o aprender. A escola transformou sua estética e forma de organização, respeitando a cultura infantil e abrindo espaço para a impressão de sua identidade.

“ Espera-se que, com essa intervenção, o ambiente incentive novas práticas metodológicas para os educadores, nas quais se alie o lúdico ao ensino e à aprendizagem.”



Escola Municipal João Batista Stocco

Durante o processo formativo do projeto Territorial, o Comitê Multidisciplinar da Escola Municipal João Batista Stocco identificou a necessidade de promover a participação infantil na Unidade e valorizá-las nas tomadas de decisão. A iniciativa de colocar uma urna para a coleta de sugestões acerca dos espaços fez com que a participação fosse ampliada. A partir desses dados e das reflexões e atividades propostas durante os encontros formativos, o desafio mais recorrente foi a ausência de uma área destinada exclusivamente para o brincar.

Por isso, a implantação de um novo **parque** fez-se necessária. A área escolhida recebeu brinquedos para todas as idades e deixou acesso a um bosque. Espera-se que, com essa intervenção, o ambiente incentive novas práticas metodológicas para os educadores, nas quais se alie o lúdico ao ensino e à aprendizagem, de modo instigante, desafiador e prazeroso. A proximidade com a natureza despertou o interesse das crianças em aprender mais sobre seu território, e a área promoveu maior convivência entre educadores e educandos.

Por iniciativa da escola, foi desenvolvida a construção de mais um ambiente lúdico, que se tornou um **segundo parque**. Esse espaço foi construído com pneus, casa de boneca e área verde, possibilitando aos educandos mais um espaço onde o direito ao brincar seja garantido.

Além disso, um dia de ação voluntária foi realizado pela comunidade escolar e parceiros. Durante esse dia, a escola recebeu a **pintura de duas salas de aula, muros, elementos lúdicos no refeitório** e a inserção de mais uma **casa de brinquedo** para os educandos.

Outras prioridades elencadas pela escola foram a **pintura geral** e também a **readequação do ginásio**, que permanecem nos planos de articulação e sustentabilidade de serem desenvolvidos pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.

As reflexões acerca do Projeto Político-Pedagógico da escola ressaltam a necessidade de mudanças significativas no documento, incluindo a consideração das necessidades da comunidade e a inclusão de concepção de ambiente educativo, a relação da criança e do adulto nesse ambiente, bem como suas vivências.

4.2.3 Município: Paranaguá



Escola Municipal Graciela Elizabete Almada Diaz

Durante todo o processo do projeto Territoriar na Escola Graciela, ficou evidente a preocupação do Comitê em querer promover a participação, não só por meio de seus representantes, mas considerando a totalidade da comunidade escolar. Dentre as diversas atividades propostas, o mapeamento do entorno da Unidade foi realizado através de desenhos, elencando possíveis e futuras parcerias para a ampliação da educação no território no qual a escola está inserida. Os integrantes do Comitê convidaram alguns educandos para a ação, porém, contemplaram em sua realização a participação de todos os educandos da Unidade. A participação também se evidenciou com diferentes pessoas nos processos de escuta, abrangendo uma amostra da diversidade de opiniões que pudesse existir sobre as prioridades a serem elencadas para a ressignificação realizada pelo projeto.

Dentre as escolhas para ressignificações estão a **biblioteca** e a **sala dos professores**. Os dois ambientes não eram aproveitados em sua totalidade, pois ambos funcionavam em um único espaço, de modo compartilhado. Além disso, essa mesma sala ainda exercia a função de depósito para materiais de educação física. O grande fluxo de pessoas impossibilitava a concentração necessária em determinados momentos, tanto para a leitura e estudo quanto para a reunião de professores e planejamento de aulas.

Para qualificação desses ambientes, o espaço foi dividido por uma parede. A biblioteca e a sala dos professores, assim, ficaram separadas e ambientadas de acordo com seu uso. A biblioteca recebeu mobiliários adequados, mesas e cadeiras para uma leitura mais confortável, armários com acessibilidade à altura das crianças e adolescentes, além de iluminação apropriada. A troca do piso cerâmico por piso vinílico,

que é térmico, possibilitou às crianças sentarem no chão da sala com maior conforto, e a troca das janelas, um espaço mais ventilado, iluminado e com melhor interação com o entorno. O uso de cores para tornar o espaço mais atrativo e lúdico e o mobiliário interativo constituíram a ressignificação deste espaço. Na sala dos professores, o local também foi reconfigurado para maior integração, descanso e trabalho de seus frequentadores.

Outra intervenção foi a **readequeação total do pátio** da escola. A ampla área era desprovida de atrativos, e os educandos se concentravam, em sua maioria, na quadra de esportes. Para melhor aproveitamento do espaço, ele recebeu pinturas de jogos no chão, estares e elementos lúdicos que instigam o brincar. A **guarita**, localizada no pátio, teve sua estrutura reconfigurada com a retirada das paredes, constituindo um novo espaço para o brincar. O **muro frontal** da escola recebeu aberturas em formato circular, a fim de possibilitar a visualização da área externa à Unidade. Com isso, espera-se melhorar a segurança da escola, que já viveu alguns episódios de invasão.

A terceira prioridade da escola foi a implantação de um **parque**, que permanece nos planos de articulação e sustentabilidade a serem desenvolvidos pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.

A partir da experiência vivenciada no projeto, o Comitê da escola incluiu em seu Projeto Político-Pedagógico a importância da diversidade dos espaços e o reconhecimento deles como ambientes educativos. Além disso, os participantes pretendem dar continuidade à ressignificação de espaços, planejando ações em conjunto com a comunidade escolar, em outras áreas da escola.



Escola Municipal Rural Professora Maria Trindade da Silva

As atividades promovidas durante o percurso formativo do projeto Territorial oportunizaram a reflexão coletiva e a realização de atividades que tinham por objetivo ampliar a participação escolar, além de criar e aplicar metodologias próprias das escolas. O Comitê Multidisciplinar desta escola retratou, a partir de um poema e de pesquisas realizadas pela coordenação com todos os educandos, quais eram os desejos relativos ao ambiente escolar. Os anseios também ficaram evidenciados na construção das maquetes e em desenhos, realizados pela comunidade escolar com os pais, proporcionando maior interação e tornando possível abranger toda a diversidade de opiniões.

Um desafio apontado durante a reflexão sobre suas prioridades foi a ausência de um espaço onde os educadores pudessem realizar atividades diferenciadas como, por exemplo, as aulas de Artes. A oferta de aulas mais atrativas, com aproveitamento dos espaços livres e verdes, foi oportunizada por meio da construção de um **quiosque** na parte externa da escola. Em virtude das elevadas temperaturas ao longo do ano, ele foi planejado com laterais abertas e cobertura, proporcionando circulação de ar e proteção ao sol.

Outra escolha levou em consideração o fato de um dos prédios que compõem a escola estar desgastado pelo tempo. Ele apresentava salas escuras, janelas

que não abriam e carteiras pesadas e com pouca funcionalidade, já que as mesas eram fixas às cadeiras. Para tornar esses espaços adequados ao processo de ensino e aprendizagem, todas as **salas de aula** tiveram sua pintura renovada. Além disso, algumas das salas receberam reparos gerais, como troca de janelas, piso e reparo de iluminação, e em três delas realizou-se a renovação de mobiliários. Outra ação possibilitada pelo trabalho em conjunto com a escola foi a pintura do pátio interno, com material disponibilizado pela Unidade.

As ressignificações proporcionaram reflexões sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola e a importância da construção de um ambiente educativo onde todos se sintam responsáveis pelo processo educativo, bem como pela conservação da escola. As ações realizadas nas salas de aula qualificaram os espaços já existentes, potencializando a autonomia dos educandos. O quiosque ampliou a possibilidade de locais a serem utilizados por educadores e educandos, influenciando o planejamento de novas práticas.

Outra necessidade da escola, a ressignificação do **parque**, permanece nos planos de articulação e sustentabilidade a ser desenvolvido pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.

“AS RESSIGNIFICAÇÕES PROPORCIONARAM REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA **E A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE EDUCATIVO**”



Escola Municipal Takeshi Oishi

Estender a participação e escuta à comunidade escolar foi recomendação proposta pelo projeto Territorial aos Comitês Multidisciplinares constituídos. A forma encontrada pela Escola Municipal Takeshi Oishi para abranger essas diversas opiniões acerca dos espaços a serem resignificados foi a disponibilização de uma caixa de sugestões na entrada da escola. Os dados ali coletados evidenciaram o desejo de ampliação de locais que pudessem proporcionar brincadeiras e interações entre educandos e educadores.

A escola, que funciona em período integral, não possuía local atrativo para brincadeiras, convivência, descanso e lazer. O espaço utilizado até então para essa demanda era um parque com ausência de recursos lúdicos e presença de diversos desníveis no chão, que dificultavam as brincadeiras. Esses desafios resultaram na escolha do **parque** como espaço prioritário a ser resignificado na escola. A implantação de uma arquibancada e de uma rampa, além de ampliar o espaço de convivência e solucionar o desafio de desníveis do espaço, trouxe acessibilidade e maior segurança aos educandos. O plantio de novas árvores proporcionou áreas de sombra, e os novos brinquedos aumentaram a prática do brincar na Unidade, com a utilização de piso emborrachado que possibilita maior autonomia da criança no espaço. Além disso, a aplicação de diferentes práticas educativas foi ampliada com a resignificação do local.

Outras prioridades da escola, como a resignificação da **biblioteca** e da **sala multiuso**, permanecem nos planos de articulação e sustentabilidade a serem desenvolvidos pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.



“O PLANTIO DE NOVAS
ÁRVORES PROPORCIONOU
ÁREAS DE SOMBRA, E
OS NOVOS BRINQUEDOS
AUMENTARAM
A PRÁTICA DO
BRINCAR NA UNIDADE”

4.3 ESTADO: SANTA CATARINA

4.3.1 Município: São José



Centro Educacional Municipal Vila Formosa

A comunidade escolar do Centro Educacional Municipal Vila Formosa, por meio de seu Comitê Multidisciplinar, mobilizado para o projeto Territoriar, debateu alguns desafios observados no dia a dia da Unidade. A escola representa um dos poucos pontos de encontro e lazer da comunidade, que tem o hábito de ocupar a quadra esportiva do local para a prática de jogos e outras atividades. Essa mesma quadra era espaço também para aulas de Educação Física, Ginástica e Dança. Um local muito concorrido, que acabava se dividindo para práticas diversas, concomitantemente. Além disso, o espaço era o mais procurado no horário do intervalo, pois apresentava, para os educandos, maior atratividade do que o pátio.

Diante destes determinantes, uma das necessidades postas foi a qualificação do **pátio** e da **área de convivência** existentes. A área externa do pátio recebeu bancos de alturas variáveis, acessíveis a todos os alunos; uma tenda, que qualificou o local para atividades em dias de chuva; mesas para as atividades; e novo piso, com correção de desnível.

Há no Centro Educacional um interesse muito grande pelas práticas que desenvolvem a arte e a expressão corporal; por isso, a aula de Dança tem uma enorme procura pelos educandos. A ausência de um local específico para essa atividade fez com

que a implantação de uma **sala de dança** fosse outra prioridade definida pelo Comitê para a intervenção arquitetônica. A nova sala foi implantada a partir da junção de duas outras pequenas, onde funcionavam previamente almoxarifados, desativados por falta de manutenção. O amplo espaço recebeu novas janelas, e elementos específicos para o desenvolvimento artístico, como piso apropriado, espelhos e barras para dança, em duas alturas. Além disso, a **brinquedoteca** localizada na sala ao lado recebeu pintura e troca de esquadrias, para que o uso fosse qualificado.

Espera-se que a articulação e integração entre as áreas de conhecimento — já prevista no Projeto Político-Pedagógico da escola — tenham suas perspectivas ampliadas diante das alterações dos espaços educativos. Além disso, a expectativa é de que o aspecto de zelo trazido com as ações motive educandos e educadores a melhorias tanto nas atividades pedagógicas quanto no cuidado com o espaço.



4.4 ESTADO: SÃO PAULO

4.4.1 Município: São Paulo



Escola Municipal Dama Entre Rios Verdes

O Comitê Multidisciplinar da Escola Dama Entre Rios Verdes, composto por um grupo de adultos e crianças de diversas faixas etárias, partilhou desejos sobre a escola durante todo o percurso formativo do projeto. A construção da maquete da escola e dos espaços a serem resignificados pelos educandos e pelo Comitê Multidisciplinar permitiu que toda a comunidade escolar participasse do planejamento e expressasse suas opiniões.

Um dos locais escolhidos para que a resignificação ocorresse foi o **pátio externo**, que, com uma área de mata no fundo da escola, comprometia a segurança dos educandos. Para solucionar os desafios priorizados, foi realizada a adequação do desnível que a escola apresentava nos fundos, com uma área de contenção com pneus. O espaço também contou com pinturas de diversos jogos de piso, conforme as escolhas da comunidade, instalação de mesas em concreto, bancos em diversas alturas, painéis de atividades para aulas no pátio externo, pergolados (espaços para leitura externa) e um espaço para a implantação de uma mini-horta.

O segundo espaço resignificado foi a área do **pátio interno**, que recebeu pintura nas paredes e um painel

de cerâmica para atividades. Essas ações contribuíram para a oferta de um ambiente mais acolhedor, com maior convivência e aprendizagem, e possibilitaram outros acenos para o cotidiano escolar.

O **parque** foi o terceiro local resignificado, que teve o número de brinquedos ampliados, com cama de gato e gira-gira. A casa de bonecas colocada na área externa poderá ser transportada e utilizada também na área interna da escola.

As mudanças na área externa ampliaram a promoção do brincar e a possibilidade de novas formas de mediação para o desenvolvimento das crianças. O local potencializou a oportunidade de convivência, de interação entre faixas etárias e de vínculos com seus pares. Por ter sido um dos espaços mais solicitados pelos educandos, o lazer/brincar incentivará o coletivo na participação das questões escolares e na escuta das crianças para contribuição nas tomadas de decisão.

As intervenções ocorridas acarretaram na revisita ao Projeto Político-Pedagógico por parte do Comitê, que planeja considerar os temas estudados durante o percurso do projeto no documento, como a valorização da concepção de criança no ambiente escolar.



“AS INTERVENÇÕES POSSIBILITARAM AMBIENTES
ADEQUADOS A EDUCANDOS E EDUCADORES”



Escola Municipal João Augusto Breves

O Comitê Multidisciplinar da escola João Augusto Breves considerou a necessidade de participação de todo o coletivo escolar nas escutas realizadas. Por isso, uma urna foi disponibilizada para que as sugestões fossem depositadas. Para garantir maior adesão da comunidade escolar, a ação foi divulgada pela rádio da escola, com o apoio do projeto de educação da Unidade. A construção de uma maquete da escola foi concebida coletivamente e permitiu o detalhamento das sugestões para que pudessem ser refletidas e elencadas.

A prioridade para ressignificação foi a **sala de leitura**. Na opinião dos educandos, tratava-se de um ambiente pouco interativo, com mobiliário inadequado que não facilitava o acesso aos livros, tanto por parte das crianças como dos adultos. A **sala de inglês**, localizada ao lado da de leitura, apresentava desafios referentes à atratividade. A solução arquitetônica encontrada foi a unificação de duas salas, que oportunizou um atendimento múltiplo a mais de uma turma em um espaço com qualidade. A ampliação o tornou mais atrativo e colorido, com a inserção de

mobiliários adequados tanto à leitura como à aplicação de atividades, e também ao descanso. Com essas ressignificações, o espaço promove o aprender de forma lúdica, oferecendo mais recursos para o despertar do imaginário. O ambiente multiplicou novas abordagens metodológicas, criando inovações nas reflexões e respeitando a especificidade e as particularidades das infâncias e dos educadores.

Outro lugar ressignificado foi o **laboratório de ciências**, que recebeu pintura, troca de todo o mobiliário por bancadas adequadas e tanque na sacada, que possibilitou o uso compartilhado com o laboratório de Artes, que também recebeu nova pintura.

As intervenções possibilitaram ambientes adequados a educandos e educadores, bem como novas perspectivas nas práticas de ensino e de aprendizagem na escola.



Escola Municipal 8 de Maio

O Comitê Multidisciplinar da Escola 8 de Maio teve como forte característica a consideração do coletivo para reflexões acerca dos espaços educativos. Para isso, uma urna foi usada para o registro das opiniões da comunidade escolar durante a reunião de pais, que manifestaram seus desejos sobre a melhoria do espaço educativo, e dos educandos durante as aulas. A mediação da gestão da escola foi fundamental para o envolvimento da comunidade educativa na tomada de decisão.

O grupo identificou que a estrutura arquitetônica da escola é ampla, oferecendo um ótimo espaço para o desenvolvimento de atividades ao ar livre. Por isso, a escolha para resignificação foi o **parque**, denominado pelo Comitê de *Circuito do Brincar*. Os desafios identificados foram a falta de brinquedos para todas as idades, a pintura e a má conservação. O local recebeu novo gramado e pintura de toda a área, com renovação dos brinquedos. Com a inclusão de mesas, bancos e um pergolado para atividades de aula ao ar livre e outras vivências, o espaço qualificou a convivência entre pares e a prática do brincar. Além disso, ampliou-se a possibilidade de desenvolvimento de novas metodologias, para que a sala de aula não seja o único local de interação e aprendizagem. A partir de então, os educadores têm a oportunidade de ressig-

nificar seus planejamentos pedagógicos para uso dos locais como aprendizagem diferenciada e significativa, ampliando as relações e tornando possível a construção de vivências que respeitem as diversidades e a maturidade do grupo, tornando o espaço formativo também para a comunidade e seu território.

Com a constituição do *Circuito do Brincar*, a metodologia da escola foi resignificada, transformando-se em ambiente do aprender, do brincar, da construção das relações, e em incentivo para desenvolvimento de projetos em novos ambientes, valorizando o contato com a natureza e a participação infantil. A resignificação reafirma os estudos coletivos do Comitê para que o ambiente se torne um terceiro educador, no qual a interação dos educandos privilegie a aprendizagem.

Outras prioridades elencadas na escola para resignificação são a **biblioteca**, a **quadra** e o **pátio interno**, que permanecem nos planos de articulação e sustentabilidade a serem desenvolvidos pelo Comitê Multidisciplinar e demais parceiros no futuro.



Resultados do Projeto

A possibilidade de construção coletiva e de projeção e ressignificação dos espaços pela comunidade educativa permaneceu em todos os momentos formativos do projeto. O sentimento de pertença, a análise das propostas e a validação coletiva das necessidades e das oportunidades de melhoria da qualidade da educação também implicaram outras ações articuladas nos territórios no quais o projeto esteve presente.

As reflexões sobre participação, ressignificação, qualidade, projeto, arquitetura, convivência adentraram outros espaços do cotidiano dos adultos e das crianças, dos educadores e dos educandos, dos gestores e das famílias, territorializando e criando novos acenos para a constante mudança dos espaços educativos.

Os resultados qualitativos e quantitativos, aqui apresentados, buscam mensurar um pouco de toda a vivência compartilhada e promovida por meio de pessoas comprometidas com os direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens.

5.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS

RESULTADOS QUANTITATIVOS PROJETO TERRITÓRIAR

Municípios: Almirante Tamandaré, Colombo, Cuiabá, Paranaguá, São José, São Paulo e Várzea Grande.



NÚMERO DE CRIANÇAS NO COMITÊ MULTIDISCIPLINAR



NÚMERO DE CRIANÇAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE ESCUTA



NÚMERO DE ADULTOS NO COMITÊ MULTIDISCIPLINAR



NÚMERO DE ADULTOS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE ESCUTA



NÚMERO DE OBJETOS RESSIGNIFICADOS NAS OFICINAS DOS COMITÊS MULTIDISCIPLINARES



NÚMERO DE AMBIENTES RESSIGNIFICADOS NAS OFICINAS DOS COMITÊS MULTIDISCIPLINARES



NÚMERO DE AMBIENTES RESSIGNIFICADOS NAS AÇÕES DE VOLUNTARIADO



NÚMERO DE PROJETOS DE RESSIGNIFICAÇÃO EXECUTADOS



NÚMERO DE VOLUNTÁRIOS MOBILIZADOS NAS AÇÕES DE VOLUNTARIADO



NÚMERO DE ATENDIMENTOS INDIRETOS



NÚMERO DE FORMAÇÕES REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS



NÚMERO DE PARTICIPANTES NO SEMINÁRIO ABERTO

5.2 RESULTADOS QUALITATIVOS

Mais do que implantar projetos nas escolas participantes, a metodologia, abordagem e estrutura construídas durante todo o percurso culminaram em reflexos na atuação e visão educativa dos municípios.

A constituição dos comitês locais a partir de representatividades da comunidade refletiu em um estreitamento de relações entre diversas áreas. A imersão de profissionais de diferentes Secretarias na rotina das escolas transformou relações que estavam no âmbito fiscalizatório para o de parceria. Família e comunidade ampliaram a compreensão de seus papéis na escola e aumentaram as perspectivas quanto ao cumprimento de sua responsabilidade perante as Unidades escolares. A participação das crianças durante o projeto e a consideração de suas vozes em uma relação horizontal com os demais envolvidos oportunizou a atuação delas como sujeitos de direitos. Em muitas escolas, esta foi a primeira experiência de emancipação das crianças ao considerá-las para tomadas de decisão.

Os educadores das escolas reconheceram seus papéis de mediadores no processo de ensino e de aprendizagem e ampliaram seus olhares para as práticas a partir da construção coletiva.

O processo formativo realizado trouxe conhecimento e/ou aprofundamento quanto às legislações educativas vigentes no país, além de uma reflexão em temas como: Concepção de Criança e Família, Territórios Educativos, Arquitetura Escolar, Mediação pedagógica, dentre outros. Foi por meio desses estudos que a comunidade reconheceu e se aproximou de seu Projeto Político-Pedagógico, inclusive planejando incidências para a melhoria de sua qualidade.

O reconhecimento de seus espaços como ambientes educativos, por parte de educandos e educadores, mudou o olhar deles para esses espaços e ocasio-

nou diversas ressignificações, desde a mudança na disposição dos mobiliários, até a disponibilização de uma sala destinada à diretoria da escola para uma sala de aula.

O protagonismo das crianças para as mudanças em seus ambientes ampliou o sentimento de pertencimento e apropriação de seus espaços e gerou responsabilidade, inclusive no que diz respeito à sua manutenção.

A partir de documentos e atividades apresentados durante o projeto, valorizaram-se o entorno da escola, sua cultura e especificidades, estabeleceram-se parcerias, planejaram-se ações para a sustentabilidade e construíram-se instrumentos de qualificação de práticas.

As comunidades escolares repensaram pedagogicamente suas atividades, explorando e reconhecendo o ambiente como educador. Esses ambientes, além de qualificarem a educação dos educandos, ampliam sua função educativa quando abrem suas portas à comunidade, para que ocupem seus espaços e os reconheçam como um equipamento público de todos.

As ações de voluntariado desenvolvidas durante o projeto foram mais um ato de empoderamento para a mobilização de participação e parcerias na promoção da qualificação de seus ambientes.

Espera-se que a réplica e multiplicação das estratégias e experiências vivenciadas durante o projeto sejam promotores de novas práticas e acenos à ressignificação, para a continuidade e planejamento de outras iniciativas.



Recomendações Finais

Mediante as vivências de cada uma das 15 escolas participantes do projeto, as diferentes temáticas que norteiam a educação podem se revelar ora como potencialidades, ora como desafios. A potencialidade destaca o esforço, desejo de mudança na Unidade educativa. O desafio considera a necessidade de dedicar atenção especial para a reformulação de estratégias para inserção de novas práticas ou reflexões sobre temas importantes nos contextos educacionais. Assim, destacamos quatro pontos que merecem atenção no processo do aprender, do resignificar e na promoção de uma educação que compreenda e dinamize os espaços como ambientes educativos promotores de aprendizagem, a partir da trajetória vivenciada no projeto.

6.1 ESPAÇOS COMO AMBIENTES EDUCATIVOS

Os espaços físicos de uma escola representam a estrutura arquitetônica para a funcionalidade e promoção do atendimento à educação. Ao pensar o espaço como um ambiente educativo, é necessário considerar as relações construídas nele. Ele se torna ambiente a partir do momento em que as pessoas o ocupam, relacionam-se e imprimem nele suas identidades.

O ambiente constituído por várias mãos, respeitando a cultura local e a identidade de seus ocupantes, carrega as histórias ali vividas, os aprendizados e que tudo aconteceu num *espaçotempo*. Quando ele se torna pertencente a seus ocupantes, é potencializado como ambiente educativo, criativo e desafiador. A utilização dos espaços educacionais se estrutura por

meio da organização do tempo. Abordando como cada ambiente provocou aprendizagens e experiências na temporalidade dos ambientes da escola.

Este tema gerou reflexões sobre o uso dos espaços para o ensino e aprendizagem, tendo o ambiente como educador. É nos espaços que a criança estabelece relações, enfrenta limitações e comunica sua identidade. Ambientes que acolham e promovam a criatividade e as singularidades das infâncias incidem diretamente na qualidade de aprendizagem e socialização. Portanto, é necessário planejar a organização de espaços novos ou já existentes, para e com as crianças, para que a proposta curricular seja efetiva.

6.2 CURRÍCULO, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E PROJETOS PEDAGÓGICOS

O Currículo de uma escola está representado por meio das escolhas, na organização das práticas educacionais e no seu Projeto Político-Pedagógico. Ele deve ser construído e conhecido por toda a comunidade educativa e permanecer em constante transformação, modificando-se de acordo com as novas perspectivas e concepções adquiridas pela escola.

Os Projetos Pedagógicos, como metodologia, auxiliam na inovação em resposta ao PPP e ao Currículo, proporcionando no ambiente escolar um local de aprendizagem, de autonomia e de coletividade da comunidade escolar.

Para o desenvolvimento desses projetos, é necessário considerar as necessidades da escola, de acordo com a realidade local e de seus ocupantes. Além disso, as práticas do dia a dia norteadas por esses documentos não devem ser interpretadas como registro de uma intencionalidade, mas de representação dos movimentos em desenvolvimento na comunidade educativa.

6.3 TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

A concepção de território vai além da delimitação de um espaço geográfico. As relações que se estabelecem dentro de um território também fazem com que ele molde sua configuração de acordo com as culturas vivenciadas no local. Como afirma Milton Santos (1978), o território é lugar de exercício para vida, de trocas e experiências, e é nessas trocas que o espaço geográfico é transformado em território educativo.

As percepções dos representantes dos Comitês Multidisciplinares, em torno da temática discutida, foram de que a escola não é local privilegiado do saber; seu entorno é rico em diversidades e cultura. A articulação e o estabelecimento de relações e vínculos com a comunidade, Secretarias Municipais, órgãos públicos e organizações enriquecem a possibilidade de trabalho coletivo e de pertencimento ao processo educativo. Essa integração é fundamental para a efetividade de um território educador na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

6.4 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E PARTICIPAÇÃO

A criança é um sujeito de direitos, lúdico, participativo e produtor de conhecimentos, devendo ser considerado com prioridade absoluta nas políticas públicas.

Nas reflexões realizadas durante o projeto Territorial, a importância de se conhecer a criança ou adolescente, conhecer sua cultura e seus modos de aprender, pensar um currículo em que se valorizem as suas diversidades, particularidades e compreendê-las em sua inteireza foi fundamental para a definição das ações desenvolvidas.

Diante desse contexto, a participação das crianças e adolescentes em seus processos de ensino e aprendizagem permite que se reconheçam como sujeitos de direitos e como atores sociais de seu desenvolvimento.

A experiência de diálogos promovidos por meio de diferentes metodologias utilizadas pelas escolas valorizou as relações da comunidade educativa. O respeito pela diversidade, o sentimento de pertença, tanto do território como da Unidade educativa, o diálogo aberto entre gestão, equipe pedagógica, equipe de apoio e educandos, o alinhamento de concepções presentes no ambiente escolar e as parcerias entre familiares e comunidade escolar estiveram presentes neste percurso.

Elaborar ações que propiciem a participação de toda a comunidade, tanto na escola como em seu entorno, é um dos desafios para que o ato de participar se concretize e se torne constante, assim como favorecer a participação de educandos, familiares e profissionais da Unidade nas discussões da escola, respeitando os modos de cada um se expressar. Além disso, é preciso levar em consideração a maturidade das crianças, permitir aos sujeitos seu direito de expressão, e instigar a comunidade educativa a participar, por meio de troca de informações, escuta e diálogo aberto.



AGRADECIMENTOS

A mobilização para a ressignificação de nossas concepções e a movimentação para a ressignificação das coisas e dos lugares são possíveis. Ressignificação essa que parte da ciranda de gente, na qual quem ressignifica também é ressignificado, e a escuta é o ponto de partida. Essa movimentação e essa participação democrática ganharam forma, nome e foco no projeto **Territorial: ambientes educativos inspiram novas aprendizagens**, promovendo a melhoria da qualidade da educação, por meio da ressignificação de espaços educativos, com a participação da comunidade escolar. Um projeto criado a muitas mãos não poderia ser executado de maneira diferente.

A parceria estabelecida nos municípios de Almirante Tamandaré (PR), Colombo (PR), Paranaguá (PR), São José (SC), São Paulo (SP), Cuiabá (MT) e Várzea Grande (MT), com abertura para a execução do projeto, e a articulação com as Unidades de ensino, por meio das Secretarias Municipais de Educação (SME), foram fundamentais para sua realização. A participação das Secretarias de Infraestrutura e de Obras dos municípios envolvidos no projeto e a relação estabelecida entre Secretarias, escolas participantes e equipe do projeto foram de extrema importância para a realização do projeto. A mobilização dos representantes da comunidade escolar e das famílias que se prontificaram a compor os Comitês e representar as comunidades fez toda a diferença nas ações durante o percurso. A participação de cada criança nos Comitês e a expressão do anseio de ver os espaços educativos refletirem suas especificidades e identidades enriqueceram não só o projeto, mas as relações construídas através dele.

Nossos agradecimentos especiais às unidades de ensino que contam com educadores comprometidos com uma educação de qualidade, abertos às inovações, responsáveis em suas atividades profissionais e em seus contextos territoriais: Escola Municipal Barão de Mauá, Escola Municipal Carlos Fontoura Falavinha e Escola Municipal João Batista Stocco de **Colombo (PR)**; EMEB Lenine de Campos Póvoas de **Cuiabá (MT)**; EMEF 8 de Maio, EMEF Dama Entre Rios Verdes e EMEF Dr. João Augusto Breves de **São Paulo (SP)**; EMEB Gonçalo Domingos de Campos de **Várzea Grande (MT)**; Escola Municipal Ângela

Antônia Misga de Oliveira, Escola Municipal Professora Mirta Naves Prodóscimo e Escola Municipal Vereador Vicente Kochany de **Almirante Tamandaré (PR)**; Escola Municipal Graciela Elizabeth Almada Diaz, Escola Rural Municipal Professora Maria Trindade da Silva e Escola Municipal Takeshi Oishi de **Paranaguá (PR)** e Centro Educacional Municipal Vila Formosa de **São José (SC)**.

Nossa gratidão aos participantes das áreas do Grupo Marista que fizeram parte dessa realização, por cederem tempo, atenção e dedicação na construção de um sonho que incidiu em muitas realidades, transformou muitas pessoas, ressignificou muitos olhares e gerou uma vontade coletiva de se construir uma educação para a (trans)formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e cientes de seu posicionamento na sociedade: Setor de Solidariedade, Assessoria de Comunicação Institucional, Marketing, Convênios, Infraestrutura, Pastoral e Recursos Humanos.

Nossa gratidão às Unidades sociais e educacionais que nos acolheram e estiveram ao nosso lado em momentos estratégicos: Centros Sociais Marista Ir. Justino, Ir. Lourenço, Robru, Itaquera, ao Centro Educacional Ir. Eunice Benato, Centro Educacional Marista São José e ao Colégio Marista Santa Maria, por nos proporcionarem um mergulho em seus espaços educativos, e ao Centro Social Propulsão e Centro Educacional Marista Ecológica, por ter nos acolhido e participado de atividades do projeto. Beber dessa fonte foi fundamental para alicerçarmos os objetivos do projeto.

Territoriamos muitos lugares e muitas pessoas se envolveram nesse processo, com muito empenho, comprometimento e paixão. Finalizamos essa etapa satisfeitos não somente pelos resultados alcançados, mas principalmente pela mobilização de um movimento de ressignificação.

A Rede Marista de Solidariedade (RMS), por meio do Centro Marista de Defesa da Infância, agradece a participação de todos na construção de novos acenos para as infâncias, adolescentes e juventudes brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARBOSA, M. C. S.; HORM, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BARBOSA, M. C. S. **Práticas cotidianas na Educação Infantil**: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC, 2009.
- BARROS, A. P. de; FRASSON, S. R. D. A dimensão do espaço-tempo na Educação Infantil. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Educação Infantil**: reflexões e práticas para a produção de sentidos. Curitiba: Champagnat, 2012. p. 171-182.
- BARROS, A. P. *Espaço-tempo para o brincar: organização de espaços para o brincar e brinquedos*. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Brincadique?** Pelo direito ao Brincar. Curitiba: Champagnat, 2014. p. 52-62.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educainf/miolo_infraestr.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)**. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Territórios educativos para a educação integral**: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Programa Mais Educação. Série Mais Educação. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8219-territorios-educativos-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brinquedos e Brincadeiras de creche**: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Territórios Educativos para Educação Integral**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- CASTRO, D. M.; NANAKA, M. S. Educação Infantil e Ensino Fundamental: entrelace e ritos de passagem. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Educação Infantil**: Reflexões e práticas para a produção de sentidos. Curitiba: Champagnat, 2012. p. 237-252.
- CHIQUITO, R. S.; MOSCHETO, M. (Org.). **Projeto Marista para a Educação Infantil**. São Paulo: FTD, 2007. (Coleção Currículo em Movimento, v. 2).
- CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Bairro-escola**: passo a passo. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2007. Disponível em: <http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- CORTELLA, M. S. **Qual é tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis: Vozes, 2010.
- COSTA, N. Educação, cidade e democracia: a agenda do bairro-escola. In: SINGER, H. (org.). **Territórios educativos**: experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. p. 11-22. (Coleção Territórios Educativos, v. 1).
- DIGIÁCOMO, M. J. **O sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e o desafio do trabalho em “rede”**. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema_Garantias_ECA_na_Escola.pdf> Acesso em: 20 set. 2015.
- EDWARDS, C; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança**: a experiência de Reggio Emilia em transformação. Porto Alegre: Penso, 2016
- FARIA, A. B. G. F. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. **Em Aberto**, v. 25, n. 88, p. 99-111, 2012. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2588>>. Acesso em: 14 maio 2016.
- FRIEDMANN, A. Brincar: uma viagem, muitos portos. **Cadernos do NEPSID: Segredos do mundo lúdico**, n. 1, p. 19-32, 2003. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/f52fdb_ea4c967524f80fe3f79d371002b51c35.pdf>. Acesso em: 14/07/2016.
- FRIEDMANN, A. **Linguagens e cultura infantil**. São Paulo: Cortez, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARA, C. Y; CACEZES, L. P. de A. Infância e território: algumas reflexões. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Educação Infantil**: reflexões e práticas para a produção de sentidos. Curitiba: Champagnat, 2012. p. 213-226.
- HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**: a construção do espaço na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura escolar**: O projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

- MENDONÇA, A. Tecendo redes: da imposição jurídica à condição ética da gestão pública. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Tecendo redes**: fortalecimento das redes de proteção à infância e à adolescência no Paraná. Curitiba: Champagnat, 2014. p. 35-45.
- MOTA, G. L.; RESENDE, M. A. Infância e território: algumas reflexões. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Educação Infantil**: reflexões e práticas para a produção de sentidos. Curitiba: Champagnat, 2012. p. 125-140.
- NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia dos projetos**: etapas, papéis e atores. São Paulo: Érica, 2008.
- POUND, L. Explorando a liderança: papéis e responsabilidades do profissional que trabalha com educação infantil. In: PAIGE-SMITH, A.; CRAFT, A. **O desenvolvimento da prática reflexiva na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-SUL. Esboçando artistagens docentes. In: CHIQUITO, R. S.; MOSCHETO, M. (Org.). **Projeto Marista para a Educação Infantil**. São Paulo: FTD, 2007. p. 101-160. (Coleção Currículo em Movimento, v. 2).
- PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-SUL. **Projeto Marista para o Ensino Fundamental**. São Paulo: FTD, 2010. (Coleção currículo em movimento, v. 3).
- PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL CENTRO-SUL. **Projeto Marista para o ofício de aluno**. São Paulo: FTD, 2010. (Coleção Currículo em Movimento, v. 5).
- REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. A organização do espaçotempo pedagógico. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Cores em composição na Educação Infantil**. São Paulo: FTD, 2010. p. 68-77. Disponível em: <<https://issuu.com/pollydevides/docs/cores>>. Acesso em: 5 maio 2016.
- REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. Cores da Educação Infantil no Brasil. In: REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Cores em composição na Educação Infantil**. São Paulo: FTD, 2010. p. 08-21. Disponível em: <<https://issuu.com/pollydevides/docs/cores>>. Acesso em: 5 maio 2016.
- REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Referenciais teórico-metodológicos da proposta socioeducativa**. São Paulo: FTD, 2010.
- REMIÃO, I. H.; SOUZA, G. Repórter aprendiz. In: CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Articulação escola-comunidade**. São Paulo: Moderna, 2014. p. 71-99. (Coleção Tecnologias do Bairro-Escola v. 5). Disponível em: <http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 1 mar. 2016.
- RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (Coleção PROARQ).
- ROSENFELD, M. GODOY, M. Escola integrada: um programa de referência em Belo Horizonte. In: CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Territórios educativos**: experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. p. 59-80. (Coleção Territórios Educativos, v. 1).
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1978.

- SARMENTO, M. J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.
- SILVA, T. T. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem**: agora chega! Porto Alegre: Artmed, 2005.
- UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Projeto educativo do Brasil Marista**: nosso jeito de conceber a Educação Básica. Brasília: UMBRASIL, 2010.





MARISTA
REDE DE SOLIDARIEDADE

GRUPO MARISTA